

ANEXO II

CONDIÇÕES GERAIS DOS CADERNOS DE ENCARGOS PARA CONTRATOS DE OBRAS
FINANCIADOS PELO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO (FED)

ÍNDICE

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

	Página
Artigo 1º — Definições	26
Artigo 2º — Legislação e língua do contrato	27
Artigo 3º — Ordem de precedência dos documentos do contrato	27
Artigo 4º — Notas e comunicações por escrito	27
Artigo 5º — Fiscal da obra e representante do fiscal	27
Artigo 6º — Cessão	28
Artigo 7º — Subempreitadas	28

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Artigo 8º — Entrega de documentos	29
Artigo 9º — Acesso ao local da obra	29
Artigo 10º — Conformidade com os regulamentos locais	29
Artigo 11º — Mora no pagamento ao pessoal do empreiteiro	29

OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

Artigo 12º — Obrigações gerais	30
Artigo 13º — Supervisão dos trabalhos	30
Artigo 14º — Pessoal	31
Artigo 15º — Garantia de boa execução	31
Artigo 16º — Seguro	31
Artigo 17º — Programa dos trabalhos	32
Artigo 18º — Mapa discriminativo dos preços	32
Artigo 19º — Peças desenhadas do empreiteiro	32
Artigo 20º — Garantia dos preços da proposta	33
Artigo 21º — Riscos excepcionais	33
Artigo 22º — Segurança do local da obra	34
Artigo 23º — Salvaguarda das propriedades adjacentes	34
Artigo 24º — Interferência com o trânsito	34
Artigo 25º — Cabos e canalizações	34
Artigo 26º — Implantação	35
Artigo 27º — Materiais demolidos	35
Artigo 28º — Descobertas	35

	<i>Página</i>
Artigo 29º — Obras provisórias	36
Artigo 30º — Análises de solos	36
Artigo 31º — Contratos paralelos	36
Artigo 32º — Patentes e licenças	36

INÍCIO E ATRASOS

Artigo 33º — Ordem de início dos trabalhos	36
Artigo 34º — Prazo de execução	37
Artigo 35º — Prorrogação do prazo de execução	37
Artigo 36º — Atraso na execução	37
Artigo 37º — Alterações	37
Artigo 38º — Suspensão dos trabalhos	38

MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA

Artigo 39º — Livro de registo da obra	39
Artigo 40º — Qualidade da obra e dos materiais	39
Artigo 41º — Inspeção e ensaios	40
Artigo 42º — Rejeição	40
Artigo 43º — Direito de propriedade sobre os elementos de construção e os materiais	41

PAGAMENTOS

Artigo 44º — Disposições gerais	41
Artigo 45º — Contratos por preços provisórios	41
Artigo 46º — Adiantamentos	42
Artigo 47º — Montantes retidos	42
Artigo 48º — Revisão de preços	42
Artigo 49º — Medições	43
Artigo 50º — Pagamentos por conta	43
Artigo 51º — Extracto de conta final	44
Artigo 52º — Pagamentos directos aos subempreiteiros	45
Artigo 53º — Mora no pagamento	45
Artigo 54º — Pagamentos a terceiros	46
Artigo 55º — Reivindicação de pagamentos adicionais	46
Artigo 56º — Pagamentos em moeda estrangeira	46

RECEPÇÃO E GARANTIA

Artigo 57º — Disposições gerais	46
Artigo 58º — Ensaios finais	46
Artigo 59º — Recepção parcial	47
Artigo 60º — Recepção provisória	47
Artigo 61º — Obrigações decorrentes da garantia	47
Artigo 62º — Recepção definitiva	48

NÃO CUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

	<i>Página</i>
Artigo 63º — Não cumprimento do contrato	48
Artigo 64º — Rescisão pela entidade adjudicante	49
Artigo 65º — Rescisão pelo empreiteiro	50
Artigo 66º — Casos de força maior	50
Artigo 67º — Morte	51

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 68º — Resolução de litígios	51
--	----

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º

Definições

- 1.1. São as seguintes as definições utilizadas nas presentes condições gerais e no contrato:

CEE: a Comunidade Económica Europeia;

Estados ACP: os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico signatários da Convenção;

Convenção: a convenção aplicável celebrada entre os Estados ACP e a CEE;

Contrato: o acordo assinado pelas partes para a execução da obra, incluindo todos os anexos e todos os documentos a que é feita referência no acordo e anexos;

Empreiteiro: a parte com a qual a entidade adjudicante celebra o contrato;

Entidade adjudicante: o Estado ou a pessoa colectiva regida pelo direito público ou privado que celebra o contrato com o empreiteiro ou em nome do qual é celebrado o contrato com o empreiteiro;

Estado da entidade adjudicante: Estado ACP em cujo território deverá ser executado o contrato de empreitada;

Fiscal da obra: departamento governamental, pessoa colectiva regida pelo direito público ou pessoa singular ou colectiva designada pela entidade adjudicante de acordo com a legislação do Estado da entidade adjudicante, que é responsável pela direcção e/ou controlo da execução do contrato de empreitada e em quem a entidade adjudicante pode delegar direitos e/ou poderes nos termos do contrato;

Representante do fiscal: qualquer pessoa singular ou colectiva, como tal designada pelo fiscal da obra nos termos do contrato, que esteja habilitada a representar o fiscal da obra no exercício das suas funções e/ou dos poderes que lhe foram conferidos. Consequentemente, sempre que as funções e/ou poderes do fiscal da obra sejam delegados no representante do fiscal, as referências ao fiscal da obra abrangem o representante do fiscal;

Obra(s): os trabalhos temporários e definitivos a executar nos termos do contrato;

Elementos de construção: as máquinas, aparelhos, componentes e tudo o mais que haja a fornecer nos termos do contrato para incorporação na obra;

Equipamento: as ferramentas, máquinas e, quando aplicável em conformidade com a lei e/ou com a prática do Estado da entidade adjudicante, as estruturas provisórias instaladas no local da obra necessá-

rias à execução da mesma, excluindo contudo os elementos de construção ou outros elementos destinados a fazer parte da obra definitiva;

Mapa de medições: documento contendo uma lista discriminada dos trabalhos a efectuar nos contratos por preço unitário com a indicação da quantidade de cada posição e do respectivo preço unitário;

Mapa de preços: o mapa de preços completo, incluindo o mapa discriminativo dos componentes do preço global, apresentado pelo empreiteiro juntamente com a proposta, com as alterações que nela tenha sido necessário introduzir, e que faz parte integrante do contrato por preço unitário;

Mapa discriminativo dos componentes do preço global: lista discriminada das tarifas e preços, com indicação da composição do preço nos contratos por preço global, mas que não faz parte integrante do contrato;

Preço contratual: a quantia indicada no contrato que representa a estimativa inicial do preço a pagar pela execução da obra, ou qualquer outra quantia determinada no extracto de conta final como sendo devida ao empreiteiro nos termos do contrato;

Montante provisório: um montante incluído no contrato e designado como tal, para a execução de obras ou o fornecimento de bens, materiais, elementos de construção ou serviços, ou para fazer face a imprevistos, que pode ser total ou parcialmente utilizado, ou não chegar a sê-lo, em função das instruções do fiscal da obra;

Piças desenhadas: os desenhos fornecidos pela entidade adjudicante e/ou pelo fiscal da obra e/ou os desenhos apresentados pelo empreiteiro e aprovados pelo fiscal da obra para execução desta;

Local da obra: terreno posto à disposição pela entidade adjudicante para a execução da obra e quaisquer outros terrenos indicados no contrato como fazendo parte do local da obra;

Período de garantia: o período indicado no contrato imediatamente após a data da recepção provisória, durante o qual o empreiteiro terá de terminar a empreitada e reparar defeitos ou deficiências de acordo com as instruções do fiscal da obra;

Certificado de recepção definitiva: certificado(s) emitido(s) pelo fiscal da obra para o empreiteiro, no final do(s) período(s) de garantia, declarando que este cumpriu as suas obrigações de construir e concluir a obra, e reparar eventuais defeitos ou deficiências;

Dia: um dia de calendário;

Prazos: os períodos estabelecidos no contrato que comecem a correr a partir do dia seguinte ao do acto

ou ocorrência que serve de ponto de partida para a respectiva contagem. Se o último dia do prazo não calhar num dia útil, o prazo expira no final do primeiro dia útil a seguir ao último dia do prazo;

Peça escrita: qualquer comunicação manuscrita, dactilografada ou impressa incluindo a transmissão por telex, telegrama ou telecópia;

Comunicações: os certificados, notas, ordens e instruções emitidos nos termos do contrato;

Ordem administrativa: qualquer instrução ou ordem dada por escrito pelo fiscal da obra ao empreiteiro acerca da execução da obra;

Moeda nacional: a moeda do Estado da entidade adjudicante;

Moeda estrangeira: qualquer moeda autorizada que não seja a moeda nacional e que seja indicada no contrato;

Indemnização extracontratual: o montante, não previamente determinado no contrato, que é estipulado judicialmente ou por arbitragem, ou acordado entre as partes, a título de compensação devida a uma parte lesada por motivo de não cumprimento do contrato pela outra parte;

Indemnização contratual: a quantia estabelecida no contrato a título de compensação, devida pelo empreiteiro à entidade adjudicante no caso não concluir os trabalhos ou parte deles dentro dos prazos estabelecidos nos termos do contrato, ou devida por qualquer das partes à outra parte por qualquer outra violação do contrato especificamente definida no mesmo;

Condições especiais: as condições especiais estipuladas pela entidade adjudicante como parte do caderno de encargos, com as alterações necessárias, e incluídas no contrato, que consistem em:

- a) Alterações às presentes condições gerais;
- b) Cláusulas contratuais especiais;
- c) Especificações técnicas;
- e
- d) Qualquer outro ponto especificamente relacionado com o contrato.

1.2. Os cabeçalhos e títulos das presentes condições gerais não deverão ser considerados como delas fazendo parte integrante e não serão tomados em consideração na interpretação do contrato.

1.3. Sempre que o contexto o permitir, considerar-se-á que as expressões no singular incluem o plural e vice-versa e que as expressões no masculino incluem o feminino e vice-versa.

1.4. As expressões referentes a pessoas ou partes abrangem empresas, sociedades e quaisquer outras organizações com capacidade jurídica.

Artigo 2º

Legislação e língua do contrato

- 2.1. A legislação por que se rege o contrato é a legislação do Estado da entidade adjudicante, salvo disposição em contrário nas condições especiais.
- 2.2. Para todas as questões não previstas nas presentes condições gerais, aplica-se a legislação que rege o contrato.
- 2.3. A língua do contrato e de todas as comunicações entre o empreiteiro, a entidade adjudicante e o fiscal da obra ou os respectivos representantes será a língua estabelecida nas condições especiais.

Artigo 3º

Ordem de precedência dos documentos do contrato

Salvo disposição em contrário contida no contrato, a ordem de precedência dos documentos do contrato é a estabelecida nas condições especiais.

Artigo 4º

Notas e comunicações por escrito

- 4.1. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, as comunicações entre a entidade adjudicante e/ou o fiscal da obra, por um lado, e o empreiteiro, por outro, deverão ser enviadas por correio, telegrama, telex ou telecópia, ou entregues pessoalmente nas moradas indicadas por essas partes para o efeito.
- 4.2. Se o remetente exigir um aviso de recepção, deverá indicar esse facto na comunicação, devendo exigir o dito aviso de recepção sempre que haja um prazo para a recepção da comunicação. De qualquer forma, o remetente deverá tomar todas as medidas necessárias para assegurar a recepção da sua comunicação.
- 4.3. Sempre que no contrato esteja previsto o envio ou a emissão de qualquer notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão, salvo disposição em contrário tal notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão será emitida por escrito e a utilização das expressões «notificar», «certificar», «aprovar» ou «decidir» deverão ser interpretadas em conformidade. A referida autorização, aprovação, certificado ou decisão não poderá ser recusada ou retardada sem motivos.

Artigo 5º

Fiscal da obra e representante do fiscal

- 5.1. Compete ao fiscal da obra executar as obrigações especificadas no contrato. Excepto se expressamente

declarado no contrato, o fiscal da obra não tem autoridade para isentar o empreiteiro de quaisquer das suas obrigações contratuais.

- 5.2. Ocasionalmente e mantendo embora a responsabilidade última, o fiscal da obra pode delegar no seu representante quaisquer das obrigações e poderes de que se encontra investido, podendo em qualquer altura revogar essa delegação ou substituir o representante. As referidas delegação, revogação ou substituição deverão ser feitas por escrito e só produzirão efeitos depois de o empreiteiro delas ter recebido uma cópia.
- 5.3. Qualquer comunicação entregue ao empreiteiro pelo representante do fiscal da obra nos termos da referida delegação produzirá os mesmos efeitos que produziria se tivesse sido entregue pelo próprio fiscal da obra, desde que:
- a) O facto de o representante do fiscal não ter desaprovado qualquer obra, materiais ou elementos de construção não prejudique a autoridade do fiscal da obra para desaprovar essa mesma obra, materiais ou elementos de construção e dar as instruções necessárias para a correspondente rectificação;
 - b) O fiscal da obra possa anular ou alterar o conteúdo da referida comunicação.
- 5.4. As instruções e/ou ordens do fiscal da obra serão emitidas através de ordens administrativas. As referidas ordens deverão ser datadas, numeradas e registadas pelo fiscal, e delas serão emitidas cópias para o representante do empreiteiro, que deverão ser entregues pessoalmente, se for caso disso.

Artigo 6º

Cessão

- 6.1. A cessão apenas será válida se constar de um acordo escrito pelo qual o empreiteiro transmite o contrato ou parte dele a um terceiro.
- 6.2. O empreiteiro não pode, sem o prévio consentimento por escrito da entidade adjudicante, transmitir o contrato ou qualquer das suas partes, ou qualquer benefício ou interesse ao abrigo do mesmo, excepto nos seguintes casos:
- a) Crédito, a favor do banco do empreiteiro, de quaisquer quantias devidas ou que venham a ser devidas nos termos do contrato;
 - ou
 - b) Transmissão à seguradora do empreiteiro do direito do empreiteiro a ser indemnizado por qualquer outra pessoa responsável, nos casos em que a seguradora se tenha responsabilizado pelas perdas ou compromissos do empreiteiro.
- 6.3. Para efeitos do nº 2 do presente artigo, a provocação de uma cessão pela entidade adjudicante não desvin-

culará o empreiteiro das suas obrigações respeitantes à parte do contrato já executada ou à parte não transmitida.

- 6.4. Se o empreiteiro transmitir o contrato sem autorização, a entidade adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar automaticamente as sanções por não cumprimento do contrato previstas nos artigos 63º e 64º.
- 6.5. Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis para a adjudicação do contrato.

Artigo 7º

Subempreitadas

- 7.1. As subempreitadas apenas serão válidas se constarem de um acordo escrito pelo qual o empreiteiro confia a um terceiro a execução de parte da empreitada.
- 7.2. O empreiteiro não pode subcontratar sem prévia autorização escrita da entidade adjudicante. Os trabalhos a subcontratar e a identidade dos subempreiteiros deverão ser comunicados à entidade adjudicante. Sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 4º, a entidade adjudicante informará o empreiteiro da sua decisão no prazo de trinta dias após recepção da notificação, especificando os motivos dessa decisão no caso de recusar a autorização.
- 7.3. Na escolha dos subempreiteiros, o empreiteiro dará preferência a pessoas singulares, sociedades ou empresas do Estado da entidade adjudicante capazes de executar o trabalho necessário em condições semelhantes.
- 7.4. Os subempreiteiros devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis para a adjudicação do contrato.
- 7.5. Sem prejuízo do disposto no artigo 52º, a entidade adjudicante não terá quaisquer relações contratuais com os subempreiteiros.
- 7.6. O empreiteiro será responsável pelos actos, faltas e negligências dos seus subempreiteiros e respectivos mandatários ou empregados, como se se tratasse de actos, faltas ou negligências suas, dos seus mandatários ou empregados. A aprovação pela entidade adjudicante da subcontratação de qualquer parte da empreitada, ou do subempreiteiro proposto para executar qualquer parte da obra, não desvincula o empreiteiro de nenhuma das suas obrigações contratuais.
- 7.7. No caso de um subempreiteiro ter contraído perante o empreiteiro qualquer obrigação relativamente à obra executada ou aos bens, materiais, elementos de

construção ou serviços por ele fornecidos que se estenda para além do período de garantia nos termos do contrato, o empreiteiro transferirá imediatamente para a entidade adjudicante, após o termo do referido período e a pedido e expensas desta, o benefício da referida obrigação durante o tempo que restar até ela expirar igualmente.

- 7.8. Se o empreiteiro celebrar qualquer contrato de subempreitada sem autorização, a entidade adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por não cumprimento do contrato previstas nos artigos 63º e 64º.

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Artigo 8º

Entrega de documentos

- 8.1. No prazo de 30 dias após a constituição da garantia de boa execução a que se refere o artigo 15º, o fiscal da obra entregará ao empreiteiro, sem quaisquer encargos, uma cópia das peças desenhadas preparadas para a execução da empreitada bem como duas cópias das especificações e dos restantes documentos contratuais. O empreiteiro pode adquirir cópias adicionais das peças desenhadas, especificações e outros documentos desde que estejam disponíveis. Logo que seja emitido o certificado de recepção definitiva ou após a recepção definitiva o empreiteiro devolverá ao fiscal da obra todas as peças desenhadas, especificações e outros documentos contratuais.
- 8.2. Salvo se estritamente necessário para efeitos do contrato, os desenhos, especificações e outros documentos fornecidos pela entidade adjudicante não podem ser utilizados ou dados a conhecer a terceiros pelo empreiteiro sem o prévio consentimento do fiscal da obra.
- 8.3. O fiscal da obra tem autoridade para emitir e enviar ao empreiteiro ordens administrativas com os documentos e instruções suplementares necessários para a correcta e adequada execução da obra e para a reparação de eventuais defeitos.

Artigo 9º

Acesso ao local da obra

- 9.1. Em devida altura e de acordo com a evolução dos trabalhos, a entidade adjudicante facultará o acesso ao local da obra colocando-o à disposição do empreiteiro, em conformidade com o plano de trabalhos referido nas presentes condições gerais. O empreiteiro proporcionará às outras pessoas interessadas todas as

oportunidades razoáveis para executarem o seu trabalho tal como determinado nas condições especiais ou exigido nas ordens administrativas.

- 9.2. Nenhum terreno posto à disposição do empreiteiro pela entidade adjudicante pode ser por aquele utilizado para fins diferentes da execução da empreitada.
- 9.3. O empreiteiro deve manter em perfeito estado, enquanto as ocupar, quaisquer instalações colocadas à sua disposição e, a pedido da entidade adjudicante ou do fiscal da obra, repô-las nas condições iniciais após a conclusão do contrato, tomando em consideração o desgaste provocado pelo uso normal.
- 9.4. O empreiteiro não tem direito a qualquer pagamento por melhoramentos resultantes de obras executadas por sua própria iniciativa.

Artigo 10º

Conformidade com os regulamentos locais

- 10.1. O empreiteiro pode requerer a assistência da entidade adjudicante para obter cópias de leis, regulamentação e informações sobre os costumes locais, e diplomas ou legislação subsidiária do país onde se situa a obra, que possam afectar o empreiteiro na execução das suas obrigações contratuais. A entidade adjudicante pode prestar ao empreiteiro a assistência solicitada a expensas deste último.
- 10.2. Sem prejuízo do disposto na legislação e regulamentação sobre mão-de-obra estrangeira em vigor no Estado onde a obra vai ser executada, compete à entidade adjudicante desenvolver todos os esforços necessários para facilitar ao empreiteiro a obtenção das autorizações e vistos exigidos, incluindo autorizações de residência e licenças de trabalho, para o pessoal cujos serviços o empreiteiro e a entidade adjudicante considerem necessários, bem como autorizações de residência para as respectivas famílias.

Artigo 11º

Mora no pagamento ao pessoal do empreiteiro

Quando for devidamente comprovado que há atraso no pagamento aos empregados do empreiteiro dos ordenados e salários devidos e dos subsídios e participações estabelecidas na lei do Estado onde se situa a obra, a entidade adjudicante pode notificar o empreiteiro de que, no prazo de quinze dias a contar da data da notificação, tenciona pagar directamente os referidos ordenados, salários, subsídios e participações. Caso o empreiteiro conteste a legitimidade dos referidos pagamentos, apresentará, no prazo de quinze dias, uma reclamação à entidade adjudicante, expondo as suas razões. Se após a análise da referida

reclamação, a entidade adjudicante for de opinião de que o pagamento dos ordenados e salários deve ser feito, pagará os referidos ordenados, salários, subsídios e participações deduzindo-os das quantias devidas ao empreiteiro. Se tal não for possível, pode obter uma contribuição ao abrigo de qualquer das garantias previstas nas presentes condições gerais. As acções empreendidas pela entidade adjudicante ao abrigo deste artigo não desvincularão o empreiteiro das suas obrigações para com os seus empregados, excepto na medida em que essas obrigações sejam satisfeitas pelas acções empreendidas. A entidade adjudicante não assumirá qualquer responsabilidade para com os empregados do empreiteiro em virtude dessas acções.

OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

Artigo 12º

Obrigações gerais

- 12.1. O empreiteiro deve projectar a obra conforme previsto no contrato e executá-la, concluí-la, bem como reparar quaisquer defeitos que apresente, com o devido cuidado e diligência, na estrita observância do disposto no contrato. Compete ao empreiteiro dirigir os trabalhos e fornecer o pessoal, os materiais, os elementos de construção, o equipamento e todos os outros elementos, quer provisórios quer definitivos, necessários para o projecto, execução e conclusão da obra e para reparar eventuais defeitos, desde que estejam especificados no contrato de empreitada ou que dele se possam razoavelmente inferir.
- 12.2. O empreiteiro deverá assumir plena responsabilidade pela adequação, estabilidade e segurança de todas as operações e métodos de construção previstos no contrato.
- 12.3. O empreiteiro deve respeitar as ordens administrativas emanadas do fiscal da obra. Quando o empreiteiro considerar que as exigências de uma ordem administrativa ultrapassam a autoridade do fiscal da obra ou o âmbito do contrato deve, sob pena de prescrição, notificar o fiscal da obra no prazo de 30 dias a contar da recepção da referida ordem, expondo os motivos da sua opinião. A notificação do empreiteiro não suspende a execução da ordem administrativa.
- 12.4. O empreiteiro deverá respeitar e cumprir todas as leis e regulamentos em vigor no Estado da entidade adjudicante e providenciar para que o seu pessoal, as pessoas a cargo deste e os seus empregados locais também respeitem e cumpram essas leis e regulamentos. O empreiteiro deverá indemnizar a entidade adjudicante de quaisquer reclamações e processos decorrentes de qualquer infracção a tais leis e regulamentos cometida por si próprio ou pelos seus empregados, ou pelas pessoas a cargo destes últimos.
- 12.5. Se o empreiteiro ou qualquer dos seus subempreiteiros, mandatários ou empregados se propuser dar,

concordar em propor ou dar, ou der a qualquer pessoa quaisquer «luvas», prendas, gratificação ou comissão como incentivo para ou recompensa por realizar ou se abster de realizar qualquer acto relacionado com o contrato de empreitada ou com qualquer outro contrato com a entidade adjudicante ou por mostrar preferência ou má vontade relativamente a qualquer pessoa relacionada com o contrato de empreitada ou com qualquer outro contrato com a entidade adjudicante, esta pode, sem prejuízo de quaisquer direitos adquiridos pelo empreiteiro nos termos do contrato, rescindir o contrato, aplicando-se nesse caso o disposto nos artigos 63º e 64º.

- 12.6. O empreiteiro considerará privados e confidenciais todos os documentos e informações recebidos em relação com o contrato e excepto na medida em que tal seja necessário para a execução do contrato, não publicará nem dará a conhecer quaisquer pormenores do mesmo sem o prévio consentimento por escrito da entidade adjudicante ou do fiscal da obra, após consulta da entidade adjudicante. Caso surja qualquer divergência quanto à necessidade de publicar ou dar a conhecer quaisquer elementos para efeitos do contrato, a decisão final caberá à entidade adjudicante.
- 12.7. Se o empreiteiro for uma *joint venture* ou um consórcio de duas ou mais pessoas, as referidas pessoas são individual e solidariamente responsáveis pelo cumprimento dos termos do contrato de acordo com a legislação do Estado da entidade adjudicante e designarão, a pedido da entidade adjudicante, uma delas para agir como chefe-de-fila, com autoridade para vincular a *joint venture* ou o consórcio. A composição ou constituição da *joint venture* ou do consórcio não pode ser alterada sem o prévio consentimento da entidade adjudicante.

Artigo 13º

Supervisão dos trabalhos

- 13.1. O próprio empreiteiro supervisionará os trabalhos ou nomeará um representante para o fazer. Essa nomeação tem de ser submetida à aprovação do fiscal da obra. A aprovação pode ser revogada em qualquer altura. Caso o fiscal da obra recuse a aprovação ou revogue a aprovação da nomeação, deverá explicar os motivos em que se baseia a sua decisão, devendo o empreiteiro apresentar sem demora uma nomeação alternativa.
- 13.2. Se o fiscal da obra revogar a aprovação do representante do empreiteiro, este deve, logo que possível após ter tomado conhecimento dessa revogação, retirar o representante da obra e substituí-lo por outro, aprovado pelo fiscal da obra.

- 13.3. O representante do empreiteiro terá toda a autoridade para tomar qualquer decisão necessária à execução da obra, para receber e executar ordens administrativas e para contra-assinar o registo da obra ou os documentos anexos, se for caso disso, referidos no artigo 39º. Em qualquer caso, competirá ao empreiteiro garantir que a obra seja executada satisfatoriamente e que as especificações e ordens administrativas sejam acatadas pelos seus próprios empregados e pelos seus subempreiteiros e respectivos empregados.

Artigo 14º

Pessoal

- 14.1. As pessoas empregadas pelo empreiteiro devem ser em número suficiente e permitir a máxima utilização dos recursos humanos do Estado onde a obra se situa. Os referidos empregados devem possuir as qualificações e experiência necessárias à normal prossecução dos trabalhos e à execução satisfatória da obra. O empreiteiro substituirá imediatamente todos os empregados que, na opinião do fiscal da obra, sejam susceptíveis de comprometer a execução satisfatória dos trabalhos.
- 14.2. Os níveis de remuneração e as condições normais de trabalho estipuladas na legislação do Estado da entidade adjudicante aplicar-se-ão, como condições mínimas, ao pessoal empregado no local da obra.

Artigo 15º

Garantia de boa execução

- 15.1. No prazo de 30 dias a contar da recepção da notificação da adjudicação do contrato, o empreiteiro prestará à entidade adjudicante uma garantia pela completa e devida execução do contrato. O montante da garantia será estipulado nas condições especiais e não deverá exceder 10% do preço da empreitada incluindo quaisquer montantes estipulados em averbamentos ao contrato, excepto quando as condições especiais determinem de outro modo, não podendo, todavia, em caso algum, exceder 20% desse preço.
- 15.2. A garantia de boa execução será retida como garantia de pagamento à entidade adjudicante de quaisquer prejuízos resultantes do não cumprimento integral e correcto por parte do empreiteiro das suas obrigações contratuais.

- 15.3. A garantia de boa execução será constituída nos termos estipulados nas condições especiais e poderá ser prestada sob a forma de garantia bancária, saque bancário, cheque visado, título emitido por uma seguradora e/ou por uma sociedade de prestação de cauções, carta de crédito irrevogável ou depósito em

numerário efectuado junto da entidade adjudicante. Se a garantia de boa execução for constituída sob a forma de garantia bancária, saque bancário, cheque visado ou título, deve ser emitida por um banco ou por uma sociedade de prestação de cauções e/ou seguradora aprovados pela entidade adjudicante, em conformidade com os critérios de elegibilidade aplicáveis para a adjudicação do contrato.

- 15.4. Salvo indicação em contrário nas condições especiais, a garantia de boa execução será denominada nos tipos e proporções das moedas em que tenha de ser pago o contrato inicial.

- 15.5. Não poderão ser efectuados quaisquer pagamentos a favor do empreiteiro antes da constituição da garantia. Esta deverá permanecer válida até a empreitada ter sido integral e devidamente executada.

- 15.6. Se, durante a execução da empreitada, a pessoa singular ou colectiva que se comprometeu como garante não puder honrar os seus compromissos, a garantia cessará de ter validade. A entidade adjudicante notificará formalmente o empreiteiro de que deverá prestar nova garantia nos termos da anterior. Caso o empreiteiro não preste nova garantia, a entidade adjudicante poderá rescindir o contrato.

- 15.7. A entidade adjudicante exigirá o pagamento ao abrigo da garantia de todas as quantias pelas quais o garante seja responsável pelo facto de o empreiteiro ter faltado ao disposto no contrato, de acordo com os termos da garantia e até ao seu valor. O garante pagará imediatamente as referidas quantias a pedido da entidade adjudicante, não podendo levantar objecções seja por que motivo for. Antes de apresentar qualquer reclamação ao abrigo da garantia de boa execução, a entidade adjudicante deve notificar o empreiteiro, expondo a natureza da falta a respeito da qual vai ser apresentada a reclamação.

- 15.8. Salvo disposição em contrário no contrato, a garantia de boa execução será libertada no prazo de 30 dias após a emissão do extracto de conta final referido no artigo 51º.

Artigo 16º

Seguro

- 16.1. O empreiteiro fará um seguro em nome da entidade adjudicante e no seu próprio nome contra quaisquer perdas ou danos por que seja responsável nos termos do contrato. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, o referido seguro deverá cobrir:

- a) A obra, incluindo quaisquer materiais e elementos de construção a serem nela incorporados, pelo respectivo custo de substituição total, contra todas as perdas ou danos ocasionados por qual-

quer motivo que não seja de força maior ou por riscos imputáveis à entidade adjudicante nos termos do contrato;

- b) Um montante adicional de 15 % do referido custo de substituição ou qualquer outro estipulado nas condições especiais, para cobrir quaisquer custos adicionais directa ou indirectamente decorrentes da reparação de qualquer perda ou dano, incluindo honorários, e o custo da demolição e remoção de qualquer parte da obra e da remoção de entulhos de qualquer natureza;
 - c) O equipamento do empreiteiro e outros elementos por ele colocados no local da obra, por uma quantia suficiente para pagar a sua substituição e colocação no local.
- 16.2. O empreiteiro pode substituir o seguro a que se refere o nº 1 do presente artigo por uma apólice de seguro global que cubra, entre outras coisas, os elementos referidos no nº 1, alíneas a), b) e c), do presente artigo. Neste caso, o empreiteiro notificará o segurador do valor correspondente à parte da entidade adjudicante.
- 16.3. O empreiteiro fará um seguro para cobrir a sua responsabilidade decorrente da execução da obra no que respeita a acidentes de trabalho e a responsabilidade civil perante qualquer pessoa por ele empregada na obra ou a entidade adjudicante e os seus empregados. Essa responsabilidade será ilimitada no caso de acidentes pessoais.
- 16.4. O empreiteiro deve fazer um seguro que cubra a sua responsabilidade civil por riscos resultantes de qualquer acto ou omissão que lhe seja imputável a ele ou aos seus legítimos sucessores ou mandatários. O valor segurado deverá ser, no mínimo, o indicado nas condições especiais. Além disso, assegurar-se-á de que todos os seus subempreiteiros fizeram um seguro semelhante.
- 16.5. Todos os seguros referidos no presente artigo serão efectuados no prazo de 30 dias a contar da notificação da adjudicação do contrato e ficarão sujeitos à aprovação da entidade adjudicante. Os referidos seguros terão efeitos a partir do começo da obra e manter-se-ão em vigor até à recepção final da mesma. O empreiteiro deverá fornecer imediatamente à entidade adjudicante a apólice de seguro e a prova do pagamento regular dos prémios sempre que tal lhe for solicitado pela entidade adjudicante ou pelo fiscal.
- 16.6. Sem prejuízo das obrigações do empreiteiro em matéria de seguros estipuladas no presente artigo, o empreiteiro será o único responsável e deverá indemnizar a entidade adjudicante e o fiscal por quaisquer reclamações de terceiros por prejuízos materiais ou danos pessoais resultantes da execução da obra pelo empreiteiro ou pelos seus subempreiteiros e empregados.

Artigo 17º

Programa dos trabalhos

- 17.1. O empreiteiro elaborará e apresentará ao fiscal da obra para aprovação um programa de execução da empreitada, em conformidade com o estipulado nas condições especiais. Desse programa farão parte, pelo menos:
- a) A ordem por que o empreiteiro se propõe executar os trabalhos;
 - b) Os prazos em que são exigidas a apresentação e a aprovação das peças desenhadas;
 - c) Uma descrição geral dos métodos que o empreiteiro se propõe adoptar para a execução da obra;
 - e
 - d) Todos os pormenores e informações que o fiscal da obra possa razoavelmente exigir.
- 17.2. A aprovação do programa pelo fiscal da obra não liberta o empreiteiro de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 17.3. Não poderá ser introduzida no programa qualquer alteração importante sem a aprovação do fiscal da obra. Se, todavia, o andamento dos trabalhos não respeitar o programa, o fiscal da obra pode dar instruções ao empreiteiro para proceder à sua revisão e apresentar-lhe o novo programa para aprovação.

Artigo 18º

Mapa discriminativo dos preços

- 18.1. Quando aplicável, e dentro de um prazo não superior a 20 dias a contar do pedido fundamentado do fiscal da obra, o empreiteiro fornecerá um mapa discriminativo dos preços, sempre que tal mapa seja necessário para qualquer efeito decorrente do contrato.
- 18.2. Após a notificação da adjudicação da empreitada, o empreiteiro fornecerá ao fiscal da obra, exclusivamente para sua informação e dentro do prazo estabelecido nas condições especiais, uma estimativa discriminada do fluxo de fundos por trimestre para todos os pagamentos que lhes sejam devidos nos termos do contrato. Se o fiscal da obra assim lho exigir, entregará posteriormente estimativas trimestrais revistas dos referidos fluxos de fundos. Esta comunicação não imporá qualquer tipo de responsabilidade à entidade adjudicante ou ao fiscal da obra.

Artigo 19º

Peças desenhadas do empreiteiro

- 19.1. O empreiteiro apresentará ao fiscal da obra, para aprovação:
- a) As peças desenhadas, documentos, amostras, e/ou modelos que estejam especificados no con-

trato, dentro dos prazos nele estabelecidos ou indicados no programa dos trabalhos;

- b) As peças desenhadas que sejam justificadamente exigidas pelo fiscal da obra para a execução da empreitada.

19.2. Se o fiscal da obra não comunicar a sua aprovação, referida no nº 1 do presente artigo, dentro do prazo estabelecido no contrato ou no programa de trabalhos aprovado, os elementos acima referidos serão considerados aprovados no final do prazo indicado. Se não for indicado qualquer prazo, as peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos serão considerados aprovados no prazo de 30 dias após a sua recepção.

19.3. As peças desenhadas, documentos, amostras e modelos aprovados serão assinados ou identificados de qualquer modo pelo fiscal da obra e terão de ser integralmente respeitados, salvo instruções em contrário dadas pelo fiscal da obra. Quaisquer desenhos, documentos, amostras ou modelos do empreiteiro que não obtenham a aprovação do fiscal da obra serão imediatamente alterados de modo a satisfazer as exigências do fiscal da obra, a quem voltarão a ser apresentados pelo empreiteiro para aprovação.

19.4. O empreiteiro fornecerá cópias adicionais dos desenhos aprovados, na forma e quantidades estipuladas no contrato ou em ordens administrativas posteriores.

19.5. A aprovação pelo fiscal da obra das peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos não isentará o empreiteiro de quaisquer das suas obrigações contratuais.

19.6. O fiscal da obra tem o direito de, oportunamente e sempre que entender, inspeccionar todos os desenhos, documentos, amostras ou modelos contratuais nas instalações do empreiteiro.

19.7. Antes da recepção provisória da obra, o empreiteiro fornecerá manuais de instruções de serviço e manutenção acompanhados de desenhos e suficientemente pormenorizados para permitirem à entidade adjudicante explorar, manter, ajustar e reparar todas as partes da obra. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, os manuais e peças desenhadas serão elaborados na língua do contrato e da maneira e nas quantidades nele estabelecidas. A obra não será considerada concluída para efeitos de recepção provisória enquanto as referidas instruções e peças desenhadas não forem entregues à entidade adjudicante.

Artigo 20º

Garantia dos preços da proposta

20.1. Considera-se que, antes de apresentar a proposta, o empreiteiro inspeccionou e examinou o local da obra e

os seus arredores e se certificou da natureza do solo e do subsolo, tendo tomado em consideração a forma e a natureza do local, a extensão e natureza dos trabalhos e os materiais necessários à sua realização, os meios de comunicação e acesso ao local da obra e as instalações de que possa necessitar e que, de um modo geral, obteve todas as informações necessárias acerca dos riscos, contingências e todas as outras circunstâncias susceptíveis de influenciar ou afectar a proposta.

20.2. Pressupõe-se que, antes de apresentar a proposta, o empreiteiro se certificou da exactidão e justeza da mesma e das taxas e preços que apresentou no mapa de medições ou no mapa de preços, os quais, excepto na medida em que o contrato preveja de outro modo, devem cobrir todas as suas obrigações contratuais.

20.3. Uma vez que se pressupõe que o empreiteiro determinou os preços com base nos seus próprios cálculos, operações e estimativas, é sua obrigação executar sem despesas adicionais qualquer trabalho que seja objecto de uma rubrica da sua proposta para a qual não seja apresentado nem preço unitário, nem preço fixo.

Artigo 21º

Riscos excepcionais

21.1. Se, durante a execução da obra, o empreiteiro deparar com obstáculos artificiais ou condições físicas que não possam ter sido logicamente previstas por um empreiteiro experiente, e se for de opinião que daí resultará um custo adicional e/ou que, por esse facto, será necessária uma prorrogação do prazo de execução do contrato, deve notificar o fiscal da obra nos termos dos artigos 35º e/ou 55º. Na referida notificação o empreiteiro especificará as condições físicas e/ou os obstáculos artificiais que encontrou, fornecendo pormenores dos efeitos previstos, das medidas que está a tomar ou tenciona tomar e da extensão do atraso previsto ou da interferência com a execução da obra.

21.2. Após a recepção da notificação, o fiscal da obra pode, nomeadamente:

- a) Exigir que o empreiteiro forneça um cálculo do custo das medidas que tomou ou tenciona tomar;
- b) Aprovar as medidas a que se refere a alínea a), com ou sem alterações;
- c) Dar instruções por escrito sobre a forma de fazer face às referidas condições físicas ou obstáculos artificiais;

- d) Ordenar a suspensão ou alteração dos trabalhos, ou a rescisão do contrato.
- 21.3. Na medida em que entenda que a totalidade ou parte das referidas condições físicas ou obstáculos artificiais não poderiam ter sido logicamente previstos por um empreiteiro experiente, o fiscal da obra:
- a) Tomará em consideração os atrasos sofridos pelo empreiteiro em resultado das referidas condições ou obstáculos, para determinar qualquer prorrogação do prazo de execução a que o empreiteiro tenha direito nos termos do artigo 35º;
- e/ou
- b) No caso de obstáculos artificiais ou condições físicas não meteorológicas, determinará os pagamentos adicionais devidos ao empreiteiro nos termos do artigo 55º.
- 21.4. As condições meteorológicas não darão ao empreiteiro o direito de fazer qualquer reivindicação nos termos do artigo 55º.
- 21.5. Caso o fiscal da obra entenda que as condições físicas ou os obstáculos artificiais poderiam, no todo ou em parte, ter sido logicamente previstos por um empreiteiro experiente, informará do facto o empreiteiro logo que possível.

Artigo 22º

Segurança do local da obra

- 22.1. O empreiteiro terá o direito de proibir o acesso ao local da obra a qualquer pessoa alheia à execução da empreitada, com excepção das pessoas autorizadas pelo fiscal da obra.
- 22.2. O empreiteiro garantirá a segurança do local da obra durante todo o período de execução da empreitada, cabendo-lhe tomar, no interesse dos seus empregados, dos mandatários da entidade adjudicante e de terceiros, as medidas necessárias para prevenir qualquer prejuízo ou acidente que possa resultar da execução da obra.
- 22.3. O empreiteiro tomará todas as medidas necessárias, sob a sua responsabilidade e à sua custa, para garantir a protecção, preservação e manutenção das estruturas e instalações existentes. O empreiteiro é responsável pelo fornecimento e manutenção, à sua custa, de todo o equipamento de iluminação, protecção, vedação e segurança que se revele necessário para a correcta execução da obra ou que possa ser razoavelmente exigido pelo fiscal da obra.
- 22.4. Se, durante a execução da empreitada, forem necessárias medidas urgentes para obviar a quaisquer riscos de acidente ou dano ou para garantir a segurança após qualquer acidente ou dano, o fiscal da obra notificará formalmente o empreiteiro para que este tome as

medidas necessárias. Caso o empreiteiro não queira ou não possa tomar as medidas necessárias, o fiscal da obra poderá executar o trabalho a expensas do empreiteiro, na medida em que este for responsável.

Artigo 23º

Salvaguarda das propriedades adjacentes

- 23.1. O empreiteiro tomará, à sua responsabilidade e à sua custa, todas as precauções exigidas pela boa prática de construção e, atendendo às circunstâncias predominantes, fará o necessário para salvaguardar as propriedades adjacentes e evitar causar nelas quaisquer perturbações anormais.
- 23.2. O empreiteiro indemnizará a entidade adjudicante das consequências financeiras de todas as queixas apresentadas pelos proprietários ou residentes vizinhos, na medida em que o empreiteiro seja responsável, e em que os danos causados às propriedades adjacentes não sejam fruto de um risco ocasionado pela concepção ou pelo método de execução impostos pela entidade adjudicante ou pelo fiscal da obra ao empreiteiro.

Artigo 24º

Interferência com o trânsito

- 24.1. O empreiteiro certificar-se-á de que os trabalhos e instalações não prejudicam nem obstruem o trânsito em elementos de comunicação tais como ruas, estradas, caminhos-de-ferro, vias aquáticas, aeródromos, etc., excepto na medida em que as condições especiais o permitam. Deve em especial tomar em consideração os limites de peso ao escolher os itinerários e os veículos.
- 24.2. Serão da conta do empreiteiro, quer sejam ou não por ele realizadas, quaisquer medidas especiais que o empreiteiro considere necessárias ou que se encontrem estipuladas nas condições especiais ou que sejam exigidas pela entidade adjudicante para protecção ou reforço de troços de estradas, pistas ou pontes. Antes de pôr em prática quaisquer medidas especiais, o empreiteiro deve informar o fiscal da obra das medidas que tenciona tomar. A reparação de qualquer dano causado em estradas, pistas ou pontes pelo transporte de materiais, elementos de construção ou equipamentos será da conta do empreiteiro.

Artigo 25º

Cabos e canalizações

- 25.1. Quando, no decurso da execução da obra, o empreiteiro encontrar marcas que indiquem o trajecto de

cabos, canalizações e outras instalações subterrâneas, deverá manter as referidas marcas onde se encontram ou voltar a colocá-las no mesmo local caso a execução da obra implique a sua remoção temporária. As referidas operações requerem a autorização do fiscal da obra.

- 25.2. O empreiteiro é responsável pela preservação, remoção e recolocação, conforme o caso, dos cabos, canalizações e outras instalações especificadas pela entidade adjudicante no contrato e pelo custo dessas operações.
- 25.3. Quando a presença de cabos, canalizações e outras instalações não tenha sido especificada no contrato mas seja visível por marcas e referências, o empreiteiro terá o dever geral de proceder com cuidado, cabendo-lhe obrigações semelhantes às acima indicadas no que se refere à preservação, remoção e recolocação dos referidos cabos, canalizações e outros elementos. Neste caso, a entidade adjudicante compensá-lo-á pelos gastos, na medida em que o trabalho efectuado seja necessário à execução da empreitada.
- 25.4. Todavia a obrigação de remover e recolocar cabos, canalizações e outras instalações e os gastos daí resultantes não serão da responsabilidade do empreiteiro se a entidade adjudicante decidir suportar essa responsabilidade. O mesmo se aplica quando esta obrigação e os gastos dela resultantes incumbirem a qualquer outro organismo específico ou a um mandatário.
- 25.5. Quando qualquer trabalho no local da obra for susceptível de prejudicar ou causar perturbações num serviço de utilidade pública, o empreiteiro informará imediatamente o fiscal da obra por escrito, dando um prazo razoável para que possam ser tomadas a tempo medidas adequadas para permitir a normal prossecução dos trabalhos.

Artigo 26º

Implantação

26.1. É da responsabilidade do empreiteiro:

- a) A correcta implantação da obra em relação a balizas, linhas e níveis de referência indicados pelo fiscal da obra;
- b) A exactidão do posicionamento, das cotas, das dimensões e do alinhamento de todas as partes da obra;
- e
- c) O fornecimento de todos os instrumentos, aparelhos e mão-de-obra necessários tendo em conta as responsabilidades acima referidas.

26.2. Se, em qualquer altura da execução da empreitada, surgir qualquer erro no posicionamento, nos níveis, nas dimensões ou no alinhamento de qualquer das partes da obra, o empreiteiro corrigirá, à sua própria custa, se o fiscal da obra assim o exigir, o referido

erro, de um modo que seja considerado satisfatório pelo fiscal da obra, a não ser que o dito erro tenha origem em dados incorrectos fornecidos pelo fiscal da obra, caso em que será a entidade adjudicante a responsável pelo custo da rectificação.

26.3. A verificação de qualquer implantação, linha ou cota pelo fiscal da obra de modo algum isenta o empreiteiro da responsabilidade pela exactidão da mesma, devendo o empreiteiro proteger e preservar todas as marcas, réguas, estacas e outros elementos utilizados na implantação da obra.

Artigo 27º

Materiais demolidos

- 27.1. Quando o contrato inclua trabalho de demolição, os materiais e artigos dela resultantes serão propriedade do empreiteiro, nos termos do previsto no artigo 28º, a menos que as condições especiais e/ou a legislação do Estado da entidade adjudicante determinem algo em contrário.
- 27.2. Caso as condições especiais reservem à entidade adjudicante o direito de propriedade sobre os materiais ou a totalidade ou parte dos artigos resultantes dos trabalhos de demolição, o empreiteiro deverá tomar todas as precauções necessárias para garantir que estes sejam devidamente preservados. O empreiteiro responderá por qualquer destruição ou dano causado aos referidos materiais ou artigos por si próprio ou pelos seus mandatários.
- 27.3. Independentemente do uso que a entidade adjudicante pretenda dar aos materiais ou artigos relativamente aos quais se reserve o direito de propriedade, todos os custos ocasionados pelo seu transporte e armazenagem no local indicado pelo fiscal da obra serão da conta do empreiteiro, para todos os transportes que não ultrapassem 100 metros.
- 27.4. Salvo nos casos em que as condições especiais disponham em contrário, o empreiteiro deverá ir retirando progressivamente do local da obra, a expensas suas, o entulho e outros materiais resultantes da demolição, bem como o lixo e a sucata.

Artigo 28º

Descobertas

- 28.1. Serão imediatamente levadas ao conhecimento do fiscal da obra as descobertas de interesse feitas durante as escavações ou os trabalhos de demolição. O fiscal decidirá o destino a dar a essas descobertas, tendo devidamente em conta a legislação do Estado da entidade adjudicante.
- 28.2. A entidade adjudicante reserva-se o direito de propriedade sobre os materiais encontrados durante os

trabalhos de escavação e demolição executados em terrenos que lhe pertençam, sem prejuízo do pagamento de uma compensação ao empreiteiro por quaisquer trabalhos especializados.

- 28.3. Os artefactos, antiguidades e objectos da história natural, moedas ou outros objectos de interesse científico, bem como os objectos raros ou feitos de metais preciosos encontrados durante as escavações ou demolições serão propriedade da entidade adjudicante.
- 28.4. Em caso de divergência, só a entidade adjudicante terá autoridade para decidir das qualidades referidas nos nºs 1 e 3 do presente artigo.

Artigo 29º

Obras provisórias

- 29.1. O empreiteiro executará à sua custa todas as obras provisórias necessárias à execução da obra, devendo apresentar ao fiscal da obra os desenhos das obras provisórias que pretende utilizar, tais como ensecadeiras, andaimes, suportes e tapumes. O empreiteiro deve tomar em consideração quaisquer observações que lhe sejam feitas pelo fiscal da obra, mas assumir a responsabilidade pelos referidos desenhos.
- 29.2. Quando nas condições especiais estiverem previstas obras provisórias específicas cujo projecto seja da responsabilidade da entidade adjudicante, o fiscal da obra fornecerá ao empreiteiro todas as peças desenhadas necessárias a tempo de lhe permitir empreender as obras provisórias de acordo com o programa dos trabalhos. Em tais casos, a entidade adjudicante será a única responsável pela segurança e viabilidade da sua concepção. O empreiteiro será todavia responsável pela sua correcta execução.

Artigo 30º

Análises de solos

Sem prejuízo do disposto nas condições especiais e nas especificações técnicas, o empreiteiro porá à disposição do fiscal da obra o pessoal e o equipamento necessários à execução de qualquer estudo do solo que o fiscal da obra justificadamente considere necessário. O empreiteiro será compensado pelo custo real da mão-de-obra e do equipamento utilizados ou postos à disposição para o referido trabalho, se este não estiver já previsto no contrato.

Artigo 31º

Contratos paralelos

- 31.1. De acordo com as exigências do fiscal da obra, o empreiteiro dará a quaisquer outros empreiteiros

contratados pela entidade adjudicante e aos seus trabalhadores, bem como aos operários da entidade adjudicante e de quaisquer outras entidades públicas empregadas no ou perto do local da obra, todas as oportunidades razoavelmente exigíveis para executarem qualquer trabalho não incluído na empreitada, ou qualquer contrato que a entidade adjudicante possa efectuar em relação com a obra ou auxiliar dela.

- 31.2. Se, todavia, o empreiteiro, a pedido escrito do fiscal da obra, puser à disposição de qualquer dos referidos empreiteiros ou entidades públicas ou da entidade adjudicante quaisquer vias ou acessos cuja manutenção seja da sua responsabilidade ou permitir o uso por quaisquer das referidas pessoas de obras provisórias, andaimes ou outras instalações do estaleiro, ou fornecer qualquer outro serviço de qualquer natureza, que não tenha sido previsto no contrato, a entidade adjudicante pagará e/ou concederá ao empreiteiro, pelo referido uso ou serviço, as quantias e/ou a prorrogação de prazo que, na opinião do fiscal da obra, se justificarem.
- 31.3. O empreiteiro não será desvinculado por força do artigo 31º de qualquer das suas obrigações contratuais nem terá o direito de apresentar quaisquer reclamações para além das previstas no nº 2 do presente artigo.

Artigo 32º

Patentes e licenças

Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, o empreiteiro indemnizará a entidade adjudicante e o fiscal por qualquer prejuízo resultante do uso, conforme especificado no contrato, de patentes, licenças, peças desenhadas, projectos modelos, marcas de fábrica ou comerciais, excepto quando a referida infracção resultar da observância do projecto ou das especificações fornecidas pela entidade adjudicante e/ou pelo fiscal.

INÍCIO E ATRASOS

Artigo 33º

Ordem de início dos trabalhos

- 33.1. A entidade adjudicante fixará a data do início da execução da empreitada e avisará o empreiteiro, quer na notificação de adjudicação da empreitada quer por meio de uma ordem administrativa emitida pelo fiscal da obra.
- 33.2. A não ser que as partes decidam de outro modo, a data de início dos trabalhos situar-se-á no período de 180 dias a seguir à notificação da adjudicação do contrato.

Artigo 34º**Prazo de execução**

O prazo de execução iniciar-se-á na data fixada de acordo com o nº 1 do artigo 33º e será o estabelecido no contrato, sem prejuízo de eventuais prorrogações que possam ser concedidas nos termos do artigo 35º.

Artigo 35º**Prorrogação do prazo de execução**

35.1. O empreiteiro pode pedir a prorrogação do prazo de execução caso esteja ou possa vir a estar atrasado na execução do contrato por qualquer dos seguintes motivos:

- a) Condições climatéricas excepcionais no Estado da entidade adjudicante;
- b) Obstáculos artificiais ou condições físicas que não poderiam ter sido logicamente previstas por um empreiteiro experiente;
- c) Ordens administrativas que afectem a data de conclusão dos trabalhos que não decorram de qualquer falta do empreiteiro;
- d) Não cumprimento pela entidade adjudicante das suas obrigações contratuais;
- e) Toda e qualquer suspensão dos trabalhos que não seja devida a uma falta do empreiteiro;
- f) Força maior;
- g) Quaisquer outras causas referidas nas presentes condições gerais, que não decorram de qualquer falta do empreiteiro.

35.2. No prazo de 30 dias após ter tido conhecimento de que pode verificar-se um atraso, o empreiteiro notificará o fiscal da sua intenção de apresentar um pedido para a prorrogação do prazo de execução a que se considere com direito e, logo que, dadas as circunstâncias, seja oportuno, entregará ao fiscal da obra elementos completos e pormenorizados sobre o pedido, a fim de que o mesmo possa ser analisado nessa ocasião.

35.3. Após as devidas consultas à entidade adjudicante e, se for caso disso, ao empreiteiro, o fiscal da obra concederá a este último, mediante notificação por escrito, a prorrogação do prazo de execução que se justificar, com efeitos futuros ou retroactivos, ou informará o empreiteiro de que não tem direito a qualquer prorrogação.

Artigo 36º**Atraso na execução**

36.1. Se o empreiteiro não concluir a obra dentro do(s) prazo(s) estabelecido(s) no contrato, a entidade adju-

dicante terá direito, sem notificação formal, e sem prejuízo de outras reparações estipuladas no contrato, a uma indemnização por cada dia ou parte de dia que decorra entre o termo do prazo estabelecido para a execução ou o termo da prorrogação nos termos do artigo 35º e a data efectiva da conclusão da obra, à taxa fixada nas condições especiais e até ao montante máximo nelas estabelecido. Se a obra tiver sido objecto de uma recepção parcial nos termos do artigo 59º, a indemnização especificada nas condições especiais poderá ser reduzida proporcionalmente ao valor da parte recepcionada relativamente ao conjunto da obra.

36.2. Se a entidade adjudicante tiver direito a exigir a indemnização máxima nos termos do nº 1 do presente artigo pode, depois de notificar o empreiteiro:

- a) Exigir a garantia de boa execução;
e/ou
- b) Rescindir o contrato;
e
- c) Efectuar um contrato com um terceiro, por conta do empreiteiro, para proceder à execução do resto da obra.

Artigo 37º**Alterações**

37.1. O fiscal da obra terá poderes para ordenar as alterações de qualquer parte da obra necessárias à correcta conclusão e/ou à concretização da mesma. As referidas alterações podem incluir ampliações, supressões, substituições, mudanças de qualidade, quantidade, forma, carácter, tipo, posição, dimensão, nível ou sector e mudanças na sequência, método ou calendário indicados para execução da obra. Nenhuma ordem relativa a alterações terá por efeito invalidar o contrato devendo, no entanto, as suas consequências financeiras, se as houver, ser avaliadas de acordo com os nºs 5 e 7 do presente artigo.

37.2. As alterações deverão sempre ser feitas através de uma ordem administrativa, tendo em conta que:

- a) Se, por qualquer razão, o fiscal tiver necessidade de dar uma ordem oralmente, deverá confirmá-la posteriormente através de uma ordem administrativa o mais rapidamente possível;
- b) Se o empreiteiro confirmar por escrito uma ordem oral dada ao abrigo da alínea a) e essa confirmação não for imediatamente refutada por escrito pelo fiscal, considera-se essa ordem emitida por ordem administrativa;

- c) Não será necessária uma ordem administrativa de alteração para aumentar ou diminuir a quantidade de trabalho, se esse aumento ou diminuição resultar do facto de a quantidade de trabalho ser superior ou inferior à indicada no mapa de medições ou no mapa de preços.

37.3. Sem prejuízo do estipulado no nº 2 do presente artigo, antes de dar qualquer ordem administrativa de alteração, o fiscal da obra notificará o empreiteiro da natureza e forma da referida alteração. Logo que possível, após a recepção da notificação, o empreiteiro apresentará ao fiscal da obra uma proposta que incluirá:

- a) Uma descrição das tarefas a realizar, se as houver, ou das medidas a tomar, e um plano para a sua execução;
- b) Quaisquer alterações necessárias do programa dos trabalhos ou de qualquer das obrigações do empreiteiro nos termos do contrato excepto se as condições especiais estipularem noutro sentido;
- e

- c) Qualquer ajustamento do preço contratual, de acordo com o disposto no presente artigo.

37.4. Após a recepção da proposta do empreiteiro referida no nº 3 do presente artigo, e depois de efectuar as devidas consultas à entidade adjudicante e, se for caso disso, ao empreiteiro, o fiscal da obra decidirá com a maior brevidade possível se a alteração deve ou não ser executada. Se o fiscal da obra decidir que a alteração deve ser executada, emitirá uma ordem administrativa determinando que a alteração seja executada pelos preços e nas condições estabelecidos referida no nº 3 do presente artigo, com as alterações eventualmente nela introduzidas pelo fiscal da obra, de acordo com o nº 5 do presente artigo.

37.5. Os preços relativos a todas as alterações ordenadas pelo fiscal da obra em conformidade com os nºs 2 e 4 do presente artigo serão por ele apurados de acordo com os seguintes princípios:

- a) Se o trabalho for do mesmo tipo e executado nas mesmas condições que o trabalho cotado no mapa de medições ou no mapa de preços, será avaliado com base nas tarifas e preços constantes desses mapas;
- b) Se o trabalho não for do mesmo tipo ou se não for executado nas mesmas condições, as tarifas e preços estipulados no contrato, quando razoáveis, serão utilizados como base de avaliação; caso contrário, o fiscal procederá a uma avaliação justa;
- c) Se a natureza ou o preço da alteração em comparação com a natureza ou o preço da totalidade ou parte da empreitada forem tais que, devido a essa alteração, o fiscal deixe de considerar razoáveis as

tarifas e preços de qualquer parte do trabalho estipulados no contrato, fixará as tarifas e preços que, de acordo com as circunstâncias, considerar razoáveis e adequados;

- d) Quando houver necessidade de proceder a uma alteração devido a qualquer falta ou não cumprimento do contrato por parte do empreiteiro, qualquer custo adicional imputável à referida alteração será por ele suportado.

37.6. Após a recepção da ordem administrativa em que é pedida a alteração, o empreiteiro executá-la-á e, ao fazê-lo, ficará sujeito às presentes condições gerais, como se a referida alteração constasse do contrato. A obra não deverá ficar pendente até à concessão de qualquer prorrogação do prazo de execução ou ajustamento do preço contratual. Sempre que a ordem relativa a uma alteração preceda o ajustamento do preço contratual, o empreiteiro deverá manter registos dos custos da alteração e do tempo nela despendido. Os referidos registos deverão poder ser oportunamente consultados pelo fiscal da obra.

37.7. Quando, após a recepção provisória, qualquer aumento ou redução do valor total do trabalho a efectuar, resultante de uma ordem administrativa ou de qualquer outra circunstância não causada por falta imputável ao empreiteiro, exceder 15 % do preço contratual, o fiscal, depois de consultar a entidade adjudicante e o empreiteiro, determinará quaisquer suplementos ou reduções do preço contratual nos termos do nº 5 do presente artigo. O montante assim determinado basear-se-á na quantia em que o aumento ou redução do valor da obra exceder os 15 % e será notificado pelo fiscal à entidade adjudicante e ao empreiteiro, procedendo-se ao correspondente ajustamento do preço contratual.

Artigo 38º

Suspensão dos trabalhos

38.1. Por ordem do fiscal da obra, o empreiteiro suspenderá a execução dos trabalhos ou de qualquer das suas partes pelo período ou períodos e da maneira que o fiscal da obra considerar necessários.

38.2. Durante o período de suspensão dos trabalhos, o empreiteiro tomará as medidas de protecção necessárias à salvaguarda da obra, dos elementos de construção, do equipamento e do estaleiro contra qualquer deterioração, perda ou dano. As despesas suplementares em que o empreiteiro incorra em consequência das referidas medidas de protecção serão adicionadas ao preço da empreitada, excepto se a referida suspensão:

- a) Estiver prevista no contrato;
ou
- b) For necessária devido a qualquer falta por parte do empreiteiro;
ou

- c) For devida a condições climatéricas normais no local da obra;
ou
- d) For necessária para a segurança ou a correcta execução da obra ou de qualquer parte da mesma, na medida em que tal necessidade não se deva a qualquer acto ou falta do fiscal da obra ou da entidade adjudicante ou a qualquer dos riscos excepcionais a que se refere o artigo 21º
- 38.3. O empreiteiro apenas terá direito aos referidos suplementos de preço se notificar o fiscal da obra, nos 30 dias seguintes à recepção da ordem de suspensão dos trabalhos, da sua intenção de os reclamar.
- 38.4. Após consulta à entidade adjudicante e ao empreiteiro, o fiscal da obra estabelecerá e determinará o pagamento adicional e/ou a prorrogação do prazo de execução a conceder ao empreiteiro relativamente à sua pretensão que, no entender do fiscal, sejam justos e razoáveis.
- 38.5. Se o período de suspensão dos trabalhos exceder 180 dias e a suspensão não for devida a uma falta do empreiteiro, este pode, mediante aviso ao fiscal da obra, pedir autorização para prosseguir os trabalhos dentro de 30 dias, ou rescindir o contrato.
- 39.3. Compete ao empreiteiro garantir, em tempo útil e nos termos das condições especiais, a elaboração de relatórios sobre as obras, serviços e fornecimentos que não possam ser medidos ou verificados posteriormente; se o não fizer, terá de aceitar as decisões do fiscal da obra, a não ser que forneça, por sua conta, provas em contrário.
- 39.4. Os registos feitos no livro de registo da obra à medida que esta for avançando serão assinados pelo fiscal da obra e pelo empreiteiro ou por um seu representante. Em caso de contestação por parte do empreiteiro, este deve comunicar a sua opinião ao fiscal da obra nos 15 dias que se seguirem à data em que o registo ou os relatórios objecto de contestação tiverem sido efectuados. Caso não assine ou não apresente as suas observações no período a isso destinado, considera-se que o empreiteiro concorda com as anotações feitas no livro de registo. O empreiteiro pode examinar o livro de registo da obra em qualquer altura e pode, sem dele retirar qualquer documento, fazer ou obter cópias dos registos que considere necessários para sua própria informação.
- 39.5. O empreiteiro fornecerá, a pedido, ao fiscal da obra todas as informações necessárias para este poder manter em dia o livro de registo da obra.

MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA

Artigo 39º

Livro de registo da obra

- 39.1. A não ser que esteja de outro modo estipulado nas condições especiais, o fiscal manterá no estaleiro um livro de registo da obra em que inscreverá, pelo menos, as seguintes informações:
- a) As condições meteorológicas, as interrupções do trabalho devidas ao mau tempo, as horas de trabalho, o número e categoria dos operários empregados no local da obra, os materiais fornecidos, o equipamento utilizado, o equipamento avariado, os ensaios realizados no local, as amostras enviadas, as circunstâncias imprevistas bem como as ordens dadas ao empreiteiro;
- b) Relações pormenorizadas de todos os elementos quantitativos e qualitativos referentes ao trabalho realizado e aos fornecimentos entregues e utilizados susceptíveis de serem verificados no local da obra e relevantes para o cálculo dos pagamentos a fazer ao empreiteiro.
- 39.2. As referidas relações constituirão parte integrante do livro de registo da obra mas poderão, sempre que necessário, ser feitas em documentos separados. O processo a seguir para a elaboração dessas relações será o estabelecido nas condições especiais.

Artigo 40º

Qualidade da obra e dos materiais

- 40.1. A obra, os componentes e os materiais deverão corresponder às especificações técnicas, peças desenhadas, levantamentos topográficos, modelos, amostras, padrões, e demais requisitos, constantes do contrato, que serão mantidos à disposição da entidade adjudicante ou do fiscal para efeitos de identificação durante todo o período de execução da empreitada.
- 40.2. Toda e qualquer recepção técnica preliminar estipulada nas condições especiais será objecto de um pedido do empreiteiro ao fiscal da obra. O pedido deve conter a referência do contrato, o número do lote e o local onde terá lugar tal recepção. O fiscal da obra deverá atestar que os componentes e materiais especificados no pedido correspondem às exigências relativas a essa recepção antes da sua incorporação na obra.
- 40.3. Mesmo que os materiais ou artigos a incorporar na obra a executar ou no fabrico dos componentes tenham sido recepcionados deste modo, poderão ainda ser rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente pelo empreiteiro caso uma análise mais aprofundada revele defeitos ou deficiências. Pode ser dada ao empreiteiro a oportunidade de reparar e recuperar materiais e artigos que tenham sido rejeitados, mas os referidos materiais e artigos apenas serão aceites para incorporação na obra se tiverem sido reparados e recuperados a contento do fiscal da obra.

Artigo 41º

Inspeção e ensaios

- 41.1. O empreiteiro deverá garantir que os componentes e materiais cheguem ao local da obra a tempo de permitir ao fiscal da obra proceder à sua recepção. Considera-se que o empreiteiro avaliou devidamente as dificuldades que poderia vir a encontrar a este respeito e não lhe será permitido invocar quaisquer motivos para justificar eventuais demoras no cumprimento das suas obrigações.
- 41.2. O fiscal da obra terá o direito de inspecionar, examinar, medir e ensaiar, por si próprio ou por intermédio do seu representante, os componentes, os materiais e a mão-de-obra e de controlar o avanço da preparação ou fabricação de tudo o que estiver a ser preparado ou fabricado para entrega ao abrigo do contrato, de modo a verificar se os componentes, os materiais e a mão-de-obra correspondem à qualidade e quantidade requeridas. Este direito será exercido no local de fabrico ou preparação ou no local da obra, ou ainda em quaisquer outros locais especificados no contrato.
- 41.3. Para efeitos dos referidos ensaios e inspecções, o empreiteiro:
- Porá à disposição do fiscal da obra, temporária e gratuitamente, a assistência, as amostras para ensaio, as peças, as máquinas, o equipamento, as ferramentas, os materiais e a mão-de-obra normalmente necessários para a realização de inspecções e ensaios;
 - Chegará a acordo com o fiscal da obra quanto à data e ao local dos ensaios;
 - Permitirá o acesso do fiscal, sempre que tal seja razoável, ao local onde forem efectuados os ensaios.
- 41.4. Se o fiscal da obra não estiver presente na data acordada para os ensaios, o empreiteiro pode, salvo ordem em contrário recebida do fiscal da obra, proceder aos ensaios, que se considerarão realizados na presença do fiscal da obra. O empreiteiro enviará imediatamente ao fiscal da obra cópias devidamente autenticadas dos resultados dos ensaios, os quais obrigarão este último, caso não tenha assistido aos ensaios.
- 41.5. Depois de os componentes e os materiais terem passado os ensaios a que se refere o presente artigo, o fiscal da obra notificará o empreiteiro ou aprovará o certificado preparado pelo empreiteiro para esse efeito.
- 41.6. Em caso de discordância entre o fiscal da obra e o empreiteiro no que se refere à interpretação dos resultados dos ensaios, cada um deles entregará ao outro uma declaração com a sua opinião no prazo de 15 dias a contar do aparecimento do diferendo. O fiscal da obra ou o empreiteiro podem pedir a

repetição dos ensaios nos mesmos termos e condições ou, se qualquer das partes assim o desejar, a sua realização por um perito a escolher de comum acordo. Todos os relatórios de ensaios serão apresentados ao fiscal da obra, que comunicará imediatamente ao empreiteiro os resultados dos referidos ensaios. Os resultados dos novos ensaios serão conclusivos. O custo da repetição dos ensaios será suportado pela parte cuja opinião se revelar errada.

- 41.7. O fiscal da obra e as pessoas por ele autorizadas só revelarão as informações que obtiverem, no exercício das suas funções, no âmbito das suas inspecções e ensaios dos métodos de fabrico e funcionamento da empresa às pessoas que tiverem o direito de possuir essas informações.

Artigo 42º

Rejeição

- 42.1. Os componentes e os materiais que não apresentem a qualidade especificada serão rejeitados. Poderá ser aposta uma marca especial nos componentes e materiais rejeitados. Esta marca não poderá alterá-los ou afectar o seu valor comercial. Os componentes e materiais rejeitados serão removidos do local da obra pelo empreiteiro num prazo a determinar pelo fiscal da obra; caso contrário serão removidos pelo fiscal da obra por conta e sob a responsabilidade do empreiteiro. Toda e qualquer obra que inclua componentes ou materiais rejeitados será rejeitada.
- 42.2. Durante a execução dos trabalhos e antes da tomada de posse da obra, o fiscal da obra terá poder para ordenar ou decidir:
- A remoção do local da obra, nos prazos especificados na ordem correspondente, de quaisquer componentes ou materiais que, na sua opinião, não estejam de acordo com o contrato;
 - A sua substituição por componentes ou materiais adequados e em devidas condições;
 - A demolição e a correcta reexecução ou a reparação satisfatória, independentemente de quaisquer ensaios prévios ou pagamentos por conta, de qualquer obra que, na sua opinião, não esteja de acordo com o contrato no que respeita a componentes, materiais, mão-de-obra ou concepção, e por que o empreiteiro seja responsável;
- 42.3. O fiscal da obra informará o empreiteiro por escrito da sua decisão, logo que seja razoavelmente possível, especificando os pormenores dos defeitos alegados.
- 42.4. O empreiteiro corrigirá os defeitos assim especificados sem perda de tempo e por sua conta. Caso o empreiteiro não execute a referida ordem, a entidade adju-

dicante terá o direito de contratar outras pessoas para a executarem e de ser reembolsada pelo empreiteiro de todas as despesas com ela directa ou indirectamente relacionadas, podendo deduzir o respectivo montante de quaisquer quantias devidas ou que possam vir a ser devidas ao empreiteiro.

- 42.5. O disposto neste artigo não impede a entidade adjudicante de reclamar nos termos dos artigos 36º e 63º

Artigo 43º

Direito de propriedade sobre os elementos de construção e os materiais

- 43.1. Todo o equipamento, obras provisórias, elementos de construção e materiais fornecidos pelo empreiteiro e trazidos para o local da obra serão considerados como exclusivamente destinados à execução dos trabalhos, não podendo ser removidos pelo empreiteiro, no todo ou em parte, sem o consentimento do fiscal da obra, excepto para efeitos de deslocação no interior do estaleiro. Este consentimento não será todavia necessário no que respeita aos veículos utilizados no transporte de pessoal, equipamento, obras provisórias, componentes ou materiais de ou para o local da obra.
- 43.2. As condições especiais podem prever que todo o equipamento, obras provisórias, elementos de construção e materiais existentes no local da obra e que sejam propriedade do empreiteiro ou de qualquer empresa em que este tenha uma participação maioritária sejam, durante o tempo que durarem as obras:
- a) Transferidos para a entidade adjudicante;
 - b) Sujeitos a um direito de retenção a favor da entidade adjudicante;
 - ou
 - c) Sujeitos a qualquer outro acordo que preveja um interesse prioritário ou uma garantia.
- 43.3. Em caso de rescisão do contrato nos termos do artigo 63º por não cumprimento do mesmo por parte do empreiteiro, a entidade adjudicante terá o direito de utilizar o equipamento, as obras provisórias, elementos de construção e os materiais existentes no local para concluir a obra.
- 43.4. Qualquer contrato de aluguer de equipamento, obras provisórias, elementos de construção ou materiais que se destinem a ser utilizados no local da obra efectuado pelo empreiteiro deverá incluir uma cláusula estipulando que, mediante pedido por escrito da entidade adjudicante, a efectuar no prazo de sete dias a contar da data em que produzir efeitos a rescisão do contrato nos termos do artigo 64º, e mediante o compromisso por parte da entidade adjudicante de tomar a seu cargo todas as despesas de aluguer a partir dessa data, o respectivo proprietário alugará esse equipamento, obras provisórias, elementos de construção ou mate-

riais, à entidade adjudicante, nas mesmas condições em que tenham sido alugados ao empreiteiro, mas permitirá à entidade adjudicante autorizar a sua utilização por qualquer outro empreiteiro por ela contratado para a conclusão dos trabalhos, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 64º

- 43.5. Em caso de rescisão do contrato antes da conclusão da obra, o empreiteiro entregará à entidade adjudicante quaisquer elementos de construção, obras provisórias, equipamentos ou materiais cuja propriedade deva ser transferida para a entidade adjudicante ou que sejam objecto de um direito de retenção nos termos do nº 2 do presente artigo. Caso o não faça, a entidade adjudicante pode tomar as medidas que considere apropriadas para obter a posse dos referidos elementos de construção, obras provisórias, equipamento, componentes e materiais e reaver do empreiteiro os montantes que tenha tido de despendar para o efeito.

PAGAMENTOS

Artigo 44º

Disposições gerais

- 44.1. Os pagamentos serão efectuados na moeda nacional, salvo se o contrato de empreitada contiver qualquer disposição em contrário.
- 44.2. As condições administrativas ou técnicas a que deverão subordinar-se os pagamentos de adiantamentos, os pagamentos por conta e/ou os pagamentos finais, em conformidade com os artigos 45º a 56º, serão as estipuladas nas condições especiais.

Artigo 45º

Contratos por preços provisórios

- 45.1. Em casos excepcionais em que possa ser adjudicado um contrato por preços provisórios, os montantes a pagar ao abrigo do contrato serão calculados do seguinte modo:
- a) Tal como para os contratos a preços por percentagem referidos no nº 1, alínea c), do artigo 49º;
 - e/ou
 - b) Inicialmente com base em preços provisórios e, depois de conhecidas as condições de execução do contrato, tal como para os contratos por preço global ou por preços unitários referidos no nº 1, alíneas a) e b), do artigo 49º, respectivamente, ou tal como nos contratos mistos.
- 45.2. O empreiteiro fornecerá quaisquer informações que a entidade adjudicante ou o fiscal da obra possam razoavelmente pedir em relação a qualquer questão relacionada com o contrato a fim de procederem ao cálculo. Quando não for possível chegar a acordo sobre o valor da obra, os montantes a pagar serão determinados pelo fiscal.

*Artigo 46º***Adiantamentos**

- 46.1. Se tal se encontrar previsto nas condições especiais, o empreiteiro receberá, a seu pedido, adiantamentos destinados a operações relacionadas com a execução das obras que são objecto de contrato, nos seguintes casos:
- a) A título de adiantamento global, para que possa fazer face às despesas resultantes do início da execução da empreitada;
 - b) Se apresentar provas da celebração de um contrato de compra ou de uma encomenda de materiais, elementos de construção, equipamento, máquinas e ferramentas, necessários para a execução da empreitada, e de outras despesas prévias importantes, tais como a aquisição de patentes ou despesas com a realização de estudos.
- 46.2. As condições especiais determinarão o montante dos adiantamentos, que não poderá exceder 10 % do preço inicial do contrato no que respeita ao adiantamento global referido no nº 1, alínea a), do presente artigo e 20 % do referido preço no que se refere aos outros adiantamentos referidos na alínea b) do mesmo número.
- 46.3. Não será concedido qualquer adiantamento antes de:
- a) O contrato ter sido celebrado;
 - b) O empreiteiro ter constituído, a favor da entidade adjudicante, a garantia de boa execução a que se refere o artigo 15º;
 - c) O empreiteiro ter constituído, a favor da entidade adjudicante, junto das instituições referidas no nº 3 do artigo 15º, uma garantia distinta, imediatamente exigível, pelo montante total do adiantamento, garantia essa que será libertada apenas depois de o adiantamento ter sido totalmente reembolsado pelo empreiteiro por dedução dos pagamentos por conta previstos no contrato.
- 46.4. O empreiteiro utilizará o adiantamento exclusivamente em operações relacionadas com a execução da obra. Caso desvie qualquer parte do adiantamento, deverá proceder imediatamente ao seu reembolso, perdendo o direito a novos adiantamentos.
- 46.5. No caso de a garantia para a cobertura do adiantamento deixar de estar válida e de o empreiteiro não a revalidar, a entidade adjudicante poderá deduzir dos futuros pagamentos devidos ao empreiteiro nos termos do contrato uma quantia igual ao adiantamento, ou aplicar o disposto no nº 6 do artigo 15º.
- 46.6. Se por qualquer motivo o contrato for rescindido, as garantias prestadas para cobrir os adiantamentos poderão ser imediatamente exigidas a fim de reembolsar o saldo dos adiantamentos ainda devido pelo

empreiteiro, não podendo o garante atrasar o pagamento nem levantar objecções, seja por que motivo for.

- 46.7. A garantia a prestar por adiantamentos prevista no presente artigo será libertada à medida que os adiantamentos forem sendo reembolsados.
- 46.8. Quaisquer outras condições e procedimentos para a concessão e reembolso de adiantamentos serão estabelecidos nas condições especiais.

*Artigo 47º***Montantes retidos**

- 47.1. A quantia a reter dos pagamentos por conta a título de caução pelo cumprimento das obrigações do empreiteiro durante o período de garantia e as regras pormenorizadas que regem essa garantia serão as estipuladas nas condições especiais, desde que a referida quantia não exceda, em caso algum, 10 % do preço contratual.
- 47.2. Mediante a aprovação da entidade adjudicante, o empreiteiro pode, se o desejar, e o mais tardar na data fixada para o início da obra, substituir as quantias a reter por uma garantia de retenção emitida nos termos do nº 3 do artigo 15º.
- 47.3. As quantias retidas ou a garantia de retenção serão libertadas no prazo de 90 dias a contar da data da recepção definitiva da obra.

*Artigo 48º***Revisão de preços**

- 48.1. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais e excepto nos casos previstos no nº 4 do presente artigo, o contrato será por preço fixo não susceptível de revisão.
- 48.2. Sempre que o contrato preveja a revisão dos preços, essa revisão terá em conta as variações de preço dos elementos significativos de origem local ou externa que constituíram a base do cálculo do preço da proposta, tais como mão-de-obra, serviços, materiais e fornecimentos, bem como os encargos impostos por via legislativa ou regulamentar. As regras aplicáveis à revisão serão estipuladas nas condições especiais.
- 48.3. Considerar-se-á que os preços indicados na proposta do empreiteiro foram determinados:
- a) Com base nas condições em vigor 30 dias antes da data limite fixada para a recepção das propostas;

ou, no caso de contratos por ajuste directo, na data do contrato;

- b) Tomando em consideração a legislação e as disposições fiscais aplicáveis na data de referência indicada na alínea a) do presente número.

48.4. Caso, após a data referida no nº 3 do presente artigo, se verifique qualquer alteração ou a introdução de novas leis, despachos, decretos, portarias ou outra legislação nacional ou regional, ou de quaisquer regulamentos ou posturas emanados de uma autoridade local ou de qualquer outra autoridade pública, que dêem origem a uma mudança na relação contratual entre as partes contratantes, a entidade adjudicante e o empreiteiro consultar-se-ão sobre a melhor forma de resolver a questão nos termos do contrato e, como resultado dessa consulta, poderão decidir:

- a) Alterar o contrato;
ou
b) Pagar uma compensação por uma das partes à outra para anular o desequilíbrio resultante;
ou
c) Rescindir o contrato de comum acordo.

48.5. Caso se verifique qualquer atraso na execução da obra que seja imputável ao empreiteiro, ou no termo do prazo de execução do contrato eventualmente revisto nos termos do mesmo, deixará de haver lugar a revisão de preços, nos 30 dias anteriores à recepção provisória, excepto no que se refere à aplicação dos novos índices de preços, se os mesmos forem favoráveis à entidade adjudicante.

Artigo 49º

Medições

49.1. Para a avaliação dos contratos de obras aplicar-se-ão os seguintes métodos:

- a) Para os contratos por preço global, o montante devido ao abrigo do contrato será determinado com base na discriminação dos componentes do preço global do contrato, ou com base numa discriminação expressa em percentagem do preço contratual correspondente a fases completas da obra. Quando as diferentes rubricas forem acompanhadas de quantidades, estas serão quantidades fixas, para as quais o empreiteiro apresentou um preço com tudo incluído, e serão pagas independentemente das quantidades de trabalho efectivamente realizadas;
- b) Para os contratos por preços unitários:
- i) A quantia devida ao abrigo do contrato será calculada mediante a aplicação das taxas unitárias às quantidades de trabalho efectivamente realizadas para as rubricas correspondentes, de acordo com o contrato;

- ii) As quantidades indicadas no mapa de medições serão quantidades calculadas que não serão consideradas como as quantidades reais e correctas da obra a executar pelo empreiteiro no cumprimento das suas obrigações contratuais;

iii) O fiscal da obra determinará por medição as quantidades reais da obra executada pelo empreiteiro, que serão pagas de acordo com o artigo 50º. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, não serão efectuadas adições às rubricas do mapa de medições excepto as que decorrerem de qualquer alteração nos termos do artigo 37º ou outra disposição do contrato que dê ao empreiteiro direito a um pagamento adicional;

iv) Quando pretender proceder à medição de qualquer parte da obra, o fiscal da obra comunicará oportunamente a sua intenção ao empreiteiro, que assistirá às medições ou enviará um agente qualificado para o representar. O empreiteiro ou o seu representante prestarão assistência ao fiscal na execução dessas medições e fornecer-lhe-ão todos os pormenores de que ele possa necessitar. Se o empreiteiro não assistir às medições nem enviar um representante, a medição efectuada pelo fiscal da obra ou por ele aprovada obrigará o empreiteiro;

v) A obra deverá ser medida independentemente de quaisquer usos gerais ou locais, salvo disposição em contrário existente no contrato.

c) Para os contratos a preço por percentagem, o montante devido ao abrigo do contrato será determinado com base nos custos reais, com um suplemento previamente acordado para gastos gerais e lucro. As condições especiais estipularão quais as informações que o empreiteiro deverá prestar ao fiscal da obra para efeitos do nº 1, alínea c), do artigo 49º e de que forma essas informações deverão ser prestadas.

49.2. Sempre que uma rubrica do contrato esteja indicada como «provisória», o montante provisório reservado para essa rubrica não será tido em conta no cálculo das percentagens referidas no artigo 37º

Artigo 50º

Pagamentos por conta

50.1. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, o empreiteiro apresentará um pedido de pagamento ao fiscal da obra no termo de cada período

referido no nº 7 do presente artigo, segundo uma forma aprovada por este último. O pedido incluirá os seguintes elementos, consoante forem aplicáveis:

- a) O valor contratual estimado das obras definitivas executadas até ao final do período em questão;
- b) Um montante correspondente às eventuais revisões de preços, nos termos do artigo 48º;
- c) Um montante a reter a título de retenção de pagamentos, nos termos do artigo 47º;
- d) Qualquer crédito e/ou débito relativo ao período em questão e respeitante a elementos de construção e materiais existentes no local da obra e destinados às obras definitivas mas que ainda não tenham sido integrados nas mesmas, de acordo com os montantes e condições estipulados no nº 2 do presente artigo;
- e) Um montante a deduzir a título de reembolso dos adiantamentos, em conformidade com o disposto no artigo 46º;

e

- f) Qualquer outro montante a que o empreiteiro tenha direito nos termos do contrato.

50.2. O empreiteiro terá direito aos montantes que o fiscal da obra considerar adequados a respeito de elementos de construção e materiais destinados às obras definitivas mas que ainda não tenham sido integrados nas mesmas, desde que:

- a) Os elementos de construção e materiais estejam de acordo com as especificações relativas às obras definitivas e estejam agrupados em lotes de forma a poderem ser reconhecidos pelo fiscal da obra;
 - b) Os referidos elementos de construção e materiais tenham sido entregues no local da obra, encontrando-se correctamente armazenados e protegidos contra perdas, danos ou deterioração, de modo a satisfazer as exigências do fiscal da obra;
 - c) Os registos mantidos pelo empreiteiro, no que se refere a especificações e encomendas e à recepção e utilização de elementos de construção e materiais nos termos do contrato, se apresentem sob uma forma aprovada pelo fiscal da obra e estejam disponíveis para serem por ele inspeccionados;
 - d) O empreiteiro apresente com a conta o cálculo do valor dos elementos de construção e materiais existentes no local da obra, juntamente com os documentos que o fiscal da obra possa exigir para efeitos de avaliação dos elementos de construção e materiais e de prova de propriedade e pagamento dos mesmos;
- e
- e) A propriedade dos elementos de construção e materiais referidos no artigo 43º seja considerada como tendo sido conferida à entidade adjudicante, sempre que as condições especiais o especifiquem.

50.3. A aprovação pelo fiscal da obra de qualquer pagamento por conta por ele certificado relativo a elementos de construção e materiais, nos termos do presente artigo, não prejudica o exercício do poder do fiscal da obra, nos termos do contrato, para rejeitar quaisquer elementos de construção ou materiais que não estejam de acordo com o disposto no contrato.

50.4. O empreiteiro será responsável por quaisquer perdas ou danos e pelo custo de armazenagem e movimentação dos elementos de construção e materiais no local da obra e efectuará qualquer seguro suplementar que seja necessário para cobrir o risco de tais perdas e danos, qualquer que seja a sua causa.

50.5. No prazo de 30 dias a contar da sua recepção, o referido pedido de pagamento por conta será aprovado ou alterado de forma a que, na opinião do fiscal da obra, corresponda ao montante devido ao empreiteiro nos termos do contrato. Em caso de divergência de opiniões quanto ao valor de um elemento, prevalecerá o parecer do fiscal da obra. Após ter determinado o montante devido ao empreiteiro, o fiscal da obra entregará à entidade adjudicante e ao empreiteiro uma nota de pagamento indicando o montante devido a este último e comunicará ao empreiteiro a que trabalhos corresponde o pagamento a efectuar.

50.6. O fiscal da obra poderá, através de uma nota de pagamento por conta, efectuar correcções ou alterações a qualquer nota por si emitida e terá igualmente poder para modificar ou reter qualquer nota de pagamento se as obras ou alguma das suas partes não estiverem a ser executadas a seu contento.

50.7. Salvo se as condições especiais dispuserem em contrário, os pagamentos por conta serão efectuados mensalmente.

Artigo 51º

Extracto de conta final

51.1. No prazo de 90 dias, o mais tardar, após a emissão do certificado de recepção definitiva referido no artigo 62º, o empreiteiro apresentará ao fiscal da obra um projecto de extracto de conta final, acompanhado de documentos justificativos, indicando pormenorizadamente o valor das obras efectuadas em conformidade com o contrato, bem como quaisquer outras quantias que o empreiteiro considere serem-lhe devidas nos termos do contrato, a fim de permitir ao fiscal preparar o extracto de conta final. No entanto, e de acordo com o disposto no nº 6 do presente artigo, as condições especiais poderão determinar que o projecto de extracto de conta final e outras medidas pertinentes sejam analisados antes da emissão do certificado de recepção provisória.

51.2. No prazo de 90 dias após a recepção do projecto de extracto de conta final e de todas as informações justificadamente exigidas para a sua verificação, o fiscal da obra preparará o extracto de conta final, que determinará:

- a) O montante final que, na sua opinião, é devido a título do contrato;

e

- b) Após estabelecer as quantias previamente pagas pela entidade adjudicante e todas as quantias a que esta tenha direito nos termos do contrato, o saldo eventualmente devido pela entidade adjudicante ao empreiteiro ou pelo empreiteiro à entidade adjudicante, consoante for o caso.
- 51.3. O fiscal da obra elaborará um extracto de conta final destinado à entidade adjudicante ou ao seu representante devidamente autorizado e ao empreiteiro, indicando o montante final a que o empreiteiro tem direito nos termos do contrato. A entidade adjudicante ou o seu representante devidamente autorizado e o empreiteiro assinarão o extracto de conta final a título de aceitação do valor total e definitivo dos trabalhos executados nos termos do contrato e enviarão sem demora uma cópia assinada ao fiscal da obra. Todavia, o extracto de conta final não incluirá os montantes contestados que sejam objecto de negociações, processo de conciliação, arbitragem ou litígio.
- 51.4. O extracto de conta final assinado pelo empreiteiro constituirá uma quitação dada por escrito à entidade adjudicante confirmando que o respectivo total representa a liquidação total e definitiva de todas as somas devidas ao empreiteiro nos termos do contrato, com excepção dos montantes que sejam objecto de diferendo a resolver por acordo, por arbitragem ou judicialmente. Todavia, essa quitação só produzirá efeitos depois de ter sido efectuado qualquer pagamento devido em conformidade com o extracto de conta final e de ter sido restituída ao empreiteiro a garantia de boa execução referida no artigo 15º.
- 51.5. A entidade adjudicante não será responsável perante o empreiteiro por qualquer questão ou facto de qualquer forma relacionado com o contrato ou com a execução dos trabalhos, ou deles decorrente, salvo se o empreiteiro tiver incluído o correspondente pedido de pagamento no seu projecto de extracto de conta final.
- 51.6. O disposto no presente artigo 51º pode ser alterado pelas condições especiais tendo em conta as práticas existentes no Estado da entidade adjudicante.
- ao subempreiteiro utilizando uma quantia retirada do montante a pagar ao empreiteiro. O empreiteiro continuará a ser inteiramente responsável pelo trabalho pago directamente ao subempreiteiro.
- 52.2. Se o empreiteiro apresentar razões adequadas para recusar o pagamento da totalidade ou de parte da dívida reclamada pelo subempreiteiro, a entidade adjudicante apenas pagará ao subempreiteiro os montantes que não sejam objecto de litígio. Os montantes reclamados pelo subempreiteiro cujo não pagamento tenha sido devidamente justificado pelo empreiteiro só serão liquidados pela entidade adjudicante depois de as partes terem chegado a um entendimento amigável, ou na sequência de uma decisão arbitral ou de uma sentença do tribunal, convenientemente comunicada ao fiscal da obra.
- 52.3. Os pagamentos directos aos subempreiteiros não excederão o valor, a preços contratuais, dos serviços a que esses pagamentos se referem; o valor a preços contratuais será calculado ou avaliado com base no mapa de medições, no mapa de preços ou na discriminação dos componentes do preço global.
- 52.4. Os pagamentos directos aos subempreiteiros serão inteiramente efectuados na moeda nacional do país em que for executada a empreitada, ou parcialmente nessa moeda e parcialmente em moeda estrangeira, de acordo com os termos do contrato.
- 52.5. Os pagamentos directos aos subempreiteiros efectuados em moeda estrangeira serão calculados em conformidade com o artigo 56º. Não darão origem a qualquer aumento do montante total pagável em moeda estrangeira, tal como estipulado no contrato.
- 52.6. O disposto no presente artigo aplica-se sem prejuízo das exigências da legislação aplicável por força do artigo 54º no que se refere ao direito a pagamento dos credores que beneficiem de uma concessão de crédito ou de uma garantia adicional.

Artigo 52º

Pagamentos directos aos subempreiteiros

- 52.1. Quando um subempreiteiro devidamente aprovado nos termos do artigo 7º reclamar junto do fiscal da obra pelo facto de o empreiteiro não ter cumprido as obrigações financeiras assumidas a seu respeito, o fiscal da obra intimará o empreiteiro a pagar ao subempreiteiro, ou a informá-lo dos motivos pelos quais o pagamento não deve ser feito. No caso de o pagamento não ser efectuado ou de não serem apresentados motivos dentro do prazo estipulado, o fiscal da obra, depois de se ter certificado de que o trabalho foi realizado, elaborará a correspondente nota de pagamento e a entidade adjudicante saldará a dívida

Artigo 53º

Mora no pagamento

- 53.1. O pagamento ao empreiteiro dos montantes devidos ao abrigo de cada nota de pagamento por conta do extracto de conta final emitidos pelo fiscal da obra será efectuado pela entidade adjudicante no prazo de 90 dias a contar da entrega da referida nota ou extracto de conta à entidade adjudicante. Se for ultrapassado o prazo estabelecido para o pagamento, o empreiteiro terá direito a juros calculados proporcionalmente ao número de dias de mora à taxa indicada nas condições especiais, com um período máximo, aí igualmente especificado. O empreiteiro

terá direito a este pagamento sem prejuízo de qualquer outro direito ou indemnização consignados no contrato. No caso do extracto de conta final, os juros de mora serão calculados numa base diária à taxa especificada nas condições especiais.

- 53.2. Qualquer falta de pagamento por um período superior a 120 dias a contar do termo do prazo estabelecido no nº 1 do presente artigo conferirá ao empreiteiro o direito de não executar o contrato ou de o rescindir.

Artigo 54º

Pagamentos a terceiros

- 54.1. As ordens de pagamento a terceiros só poderão ser executadas após cessão efectuada, nos termos do artigo 6º. A cessão será notificada à entidade adjudicante.
- 54.2. A notificação dos beneficiários da cessão será da inteira responsabilidade do empreiteiro.
- 54.3. No caso de uma penhora legalmente compulsiva da propriedade do empreiteiro relacionada com os pagamentos que lhe competem, nos termos do contrato, sem prejuízo do prazo estabelecido no artigo 53º, a entidade adjudicante disporá de 30 dias a contar da data de recepção da notificação do levantamento definitivo do obstáculo ao pagamento para recomençar a pagar ao empreiteiro.

Artigo 55º

Reivindicação de pagamentos adicionais

- 55.1. Caso considere que, nos termos do contrato, existem circunstâncias que lhe dão direito a reivindicar pagamentos adicionais, o empreiteiro deverá:
- a) Se tencionar fazer qualquer pedido de pagamento adicional, comunicar essa intenção ao fiscal da obra ou apresentar o pedido devidamente justificado no prazo de 15 dias a contar da data em que as referidas circunstâncias chegarem ao seu conhecimento;
 - e
 - b) Num prazo tão breve quanto possível a contar da data da notificação, mas não superior a 60 dias após a mesma, salvo acordo em contrário do fiscal da obra, apresentar a este último elementos completos e pormenorizados para instruir o seu pedido. Estes elementos não poderão em caso algum ser entregues após a data de apresentação do projecto de extracto de conta final. Posteriormente, o empreiteiro deverá apresentar com prontidão quaisquer novos elementos que o fiscal da obra possa justificadamente exigir para apreciar a legitimidade do pedido.

- 55.2. Depois de receber os elementos completos e pormenorizados de que necessita para instruir o pedido do empreiteiro, o fiscal da obra decidirá, sem prejuízo do nº 4 do artigo 21º, e após a devida consulta à entidade adjudicante e, se for caso disso, ao empreiteiro, se este último tem direito ao pagamento adicional, e comunicará a sua decisão às partes.

- 55.3. O fiscal da obra poderá rejeitar qualquer pedido de pagamento adicional que não corresponda às exigências do presente artigo.

Artigo 56º

Pagamentos em moeda estrangeira

Quando, nos termos do contrato, o empreiteiro tiver direito a pagamentos em moeda estrangeira, as taxas de câmbio aplicadas no cálculo desses pagamentos serão as determinadas pelo banco central do Estado da entidade adjudicante, 30 dias antes da data limite fixada para a apresentação das propostas. Estas taxas de câmbio não serão alteradas.

RECEPÇÃO E GARANTIA

Artigo 57º

Disposições gerais

- 57.1. A verificação das obras pelo fiscal com vista à recepção provisória ou definitiva efectuar-se-á na presença do empreiteiro. A ausência do empreiteiro não impedirá a verificação, desde que aquele tenha sido devidamente convocado pelo menos 30 dias antes da data dessa verificação.
- 57.2. Caso circunstâncias excepcionais tornem impossível averiguar o estado em que se encontram as obras ou procedam diferentemente à recepção destas últimas durante o período fixado para a recepção provisória ou definitiva, será lavrado pelo fiscal, após consulta, sempre que possível, ao empreiteiro, um auto que ateste essa impossibilidade. A verificação efectuar-se-á e o auto de recepção ou rejeição será lavrado pelo fiscal da obra no prazo de 30 dias após a data em que deixe de existir tal impossibilidade. O empreiteiro não poderá invocar estas circunstâncias para se subtrair à obrigação de apresentar a obra em condições adequadas para a recepção.

Artigo 58º

Ensaio finais

- 58.1. As obras não serão recepcionadas antes de terem sido efectuadas as verificações e os ensaios prescritos a

expensas do empreiteiro. O empreiteiro notificará o fiscal da obra da data em que poderão ter início essas verificações e ensaios.

- 58.2. As obras que não satisfizerem os termos e as condições do contrato ou, na falta desses termos e condições, que não forem executadas em conformidade com as práticas comerciais do Estado em que se localizam serão, se necessário, demolidas e reconstruídas pelo empreiteiro ou reparadas a contento do fiscal da obra; caso contrário, estas acções serão empreendidas oficiosamente, após a devida notificação ao empreiteiro e a expensas deste, por ordem do fiscal da obra. O fiscal da obra poderá igualmente exigir que, nas mesmas condições, sejam demolidas e reconstruídas pelo empreiteiro, ou reparadas a contento do fiscal, as obras em que tenham sido utilizados materiais inaceitáveis ou que tenham sido executadas durante os períodos de suspensão previstos no artigo 38º.

Artigo 59º

Recepção parcial

- 59.1. A entidade adjudicante poderá utilizar as diversas estruturas, partes de estruturas ou parcelas das obras que fazem parte da empreitada, à medida que forem sendo concluídas. Qualquer transferência de estruturas, partes de estruturas ou parcelas da obra para a posse da entidade adjudicante será precedida pela respectiva recepção parcial provisória. No entanto, em casos urgentes, as obras poderão entrar na posse da entidade adjudicante antes da recepção, desde que seja previamente elaborado pelo fiscal um inventário dos trabalhos por executar que deverá ser aceite pelo empreiteiro e pelo fiscal. Uma vez que a entidade adjudicante tenha tomado posse de uma estrutura, parte de estrutura ou parcela da obra, o empreiteiro deixará de ter a obrigação de reparar nela quaisquer danos não resultantes de defeitos de projecto ou de execução.

- 59.2. A pedido do empreiteiro, e se a natureza das obras assim o permitir, o fiscal da obra poderá proceder à recepção parcial provisória, desde que as estruturas, partes de estruturas ou parcelas da obra se encontrem concluídas e sejam adequadas para a utilização prevista no contrato.

- 59.3. Nos casos de recepção parcial provisória referidos nos nºs 1 e 2 do presente artigo, o prazo de garantia previsto no artigo 62º contará a partir da data dessa recepção parcial provisória, a menos que as condições especiais disponham em contrário.

Artigo 60º

Recepção provisória

- 60.1. A obra deverá entrar na posse da entidade adjudicante após ter sido aprovada nos ensaios finais, e depois de

ter sido emitido ou de se considerar emitido um certificado de recepção provisória.

- 60.2. Através de uma nota dirigida ao fiscal da obra, o empreiteiro poderá pedir um certificado de recepção provisória num prazo não superior a 15 dias antes de as obras se encontrarem, na sua opinião, concluídas e prontas para a recepção provisória. Dentro de um prazo de 30 dias a contar da recepção do pedido do empreiteiro, o fiscal da obra:

- a) Emitirá o certificado de recepção provisória destinado ao empreiteiro, com cópia para a entidade adjudicante determinando, se for caso disso, as suas reservas, e nomeadamente a data em que, na sua opinião, as obras foram concluídas nos termos do contrato e se encontravam prontas para a recepção provisória;

ou

- b) Rejeitará o pedido, justificando a sua decisão e especificando as medidas que, na sua opinião, o empreiteiro deverá tomar para que seja emitido o certificado.

- 60.3. Se o fiscal da obra não emitir o certificado de recepção provisória nem rejeitar o pedido do empreiteiro no prazo de 30 dias, considerar-se-á que emitiu o certificado no último dia deste prazo. O certificado de recepção provisória não será considerado como um reconhecimento de que as obras foram integralmente concluídas. Se o contrato dividir as obras em parcelas, o empreiteiro poderá pedir certificados separados para cada parcela.

- 60.4. Após a recepção provisória da obra, o empreiteiro desmontará e removerá as estruturas provisórias, bem como os materiais cuja utilização já não seja necessária para a execução do contrato. O empreiteiro removerá igualmente quaisquer entulhos ou obstruções e rectificará qualquer modificação das condições do local da obra como estipula o contrato.

- 60.5. Imediatamente após a recepção provisória, a entidade adjudicante poderá utilizar todas as obras concluídas pelo empreiteiro.

Artigo 61º

Obrigações decorrentes da garantia

- 61.1. O empreiteiro será responsável pela reparação de qualquer defeito ou dano em qualquer parte das obras que possa surgir ou ocorrer durante o período de garantia ou nos 30 dias subsequentes ao seu termo na sequência de:

- a) Utilização de elementos de construção ou materiais defeituosos, ou de erros de projecto do empreiteiro ou deficiências da mão-de-obra;

e/ou de

- b) Qualquer acto ou omissão do empreiteiro durante o período de garantia.

61.2. O empreiteiro efectuará, por sua conta e tão rapidamente quanto possível, a reparação do dito defeito ou dano. O período de garantia dos elementos substituídos ou reparados recomeçará a partir da data em que a substituição ou reparação ficar concluída a contento do fiscal. Se o contrato prever a recepção parcial, o período de garantia será prorrogado apenas para a parte da obra afectada pela substituição ou reparação.

61.3. Caso surja qualquer defeito ou ocorra qualquer dano durante o período referido no nº 1 do presente artigo, a entidade adjudicante ou o fiscal da obra notificarão desse facto o empreiteiro. Se o empreiteiro não reparar o defeito ou dano no prazo estipulado na notificação a entidade adjudicante poderá:

- a) Proceder ela própria aos trabalhos ou empregar outra pessoa para efectuar os trabalhos sob a responsabilidade do empreiteiro e à custa deste, sendo neste caso as despesas efectuadas pela entidade adjudicante deduzidas dos montantes devidos ao empreiteiro ou das garantias por este prestadas ou de ambos;

ou

- b) Rescindir o contrato.

61.4. Se as proporções do defeito ou dano forem de molde a privar substancialmente a entidade adjudicante do usufruto da totalidade ou de uma parte da obra, a entidade adjudicante terá direito, sem prejuízo de qualquer outra reparação, a recuperar todos os montantes pagos relativamente à parte da obra em questão, juntamente com o custo da respectiva demolição e da limpeza do local.

61.5. Em caso de emergência, se o empreiteiro não puder ser contactado imediatamente ou, tendo sido contactado, não estiver em condições de tomar as medidas necessárias, a entidade adjudicante ou o fiscal poderão mandar efectuar o trabalho a expensas do empreiteiro. A entidade adjudicante ou o fiscal informarão logo que possível o empreiteiro das medidas tomadas.

61.6. Quando as condições especiais estipularem que os trabalhos de manutenção exigidos pelo uso e desgaste normais devem ser efectuados pelo empreiteiro, a quantia necessária para o pagamento desses trabalhos será retirada de um montante provisório. Esta obrigação não abrange a deterioração resultante das circunstâncias previstas no artigo 21º ou de uma utilização anormal, a menos que tal deterioração se deva a um erro ou defeito que justifique o pedido de reparação ou substituição nos termos do presente artigo.

61.7. As obrigações de garantir a manutenção serão estipuladas nas condições especiais e nas especificações

técnicas. Se a duração do período de garantia não se encontrar especificada, será de 365 dias. O período de garantia contará a partir da data da recepção provisória.

61.8. Depois da recepção provisória e sem prejuízo das obrigações de garantir a manutenção referidas no presente artigo, o empreiteiro deixará de ser responsável por qualquer risco susceptível de afectar as obras e resultante de causas que não lhe sejam imputáveis. A partir da data da recepção provisória, o empreiteiro será todavia responsável pela solidez da construção, tal como estabelecido nas condições especiais ou na legislação do Estado da entidade adjudicante.

Artigo 62

Recepção definitiva

62.1. Ao expirar o período de garantia ou, no caso de haver mais do que um período de garantia, ao expirar o último desses períodos, e depois de todos os defeitos ou danos terem sido rectificados, o fiscal da obra emitirá um certificado de recepção definitiva a entregar ao empreiteiro, com cópia para a entidade adjudicante, indicando a data em que o empreiteiro concluiu o cumprimento das suas obrigações contratuais a contento do fiscal. O certificado de recepção definitiva será entregue pelo fiscal no prazo de 30 dias a contar do termo do período acima referido ou logo que estejam devidamente concluídas quaisquer obras mandadas executar nos termos do artigo 61º.

62.2. A obra só se considerará concluída depois de o fiscal da obra ter assinado e entregue à entidade adjudicante um certificado de recepção definitiva, com cópia para o empreiteiro.

62.3. Independentemente da emissão do certificado de recepção definitiva, o empreiteiro e a entidade adjudicante continuarão a ser responsáveis pelo cumprimento de qualquer obrigação assumida ao abrigo do contrato anteriormente à emissão do referido certificado e que ainda não tenha sido cumprida à data dessa emissão. A natureza e alcance dessas obrigações serão determinados por referência às disposições do contrato.

NÃO CUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

Artigo 63º

Não cumprimento do contrato

63.1. Considera-se que existe não cumprimento do contrato quando uma das partes não satisfizer qualquer das suas obrigações contratuais.

63.2. Em caso de não cumprimento do contrato, a parte lesada terá direito às seguintes reparações:

- a) Indemnização por perdas e danos;
e/ou
- b) Rescisão do contrato.

63.3. A indemnização por perdas e danos pode ser:

- a) Extracontratual (de carácter geral);
ou
- b) Contratual (prevista no contrato).

63.4. No caso de ter direito a uma indemnização por perdas e danos, a entidade adjudicante poderá deduzir essa indemnização de quaisquer montantes devidos ao empreiteiro ou da garantia adequada.

Artigo 64º

Rescisão pela entidade adjudicante

64.1. O contrato pode ser rescindido pela entidade adjudicante em qualquer altura e com efeito imediato, excepto nos casos previstos no nº 2 do presente artigo.

64.2. Salvo disposição em contrário nas condições gerais, a entidade adjudicante pode, depois de notificar o empreiteiro com sete dias de antecedência, rescindir o contrato e dar ordem ao empreiteiro para abandonar o local da obra em qualquer dos seguintes casos:

- a) Se o empreiteiro não executar os trabalhos essencialmente de acordo com as disposições do contrato;
- b) Se o empreiteiro não cumprir, dentro de um prazo razoável, qualquer notificação do fiscal da obra exigindo-lhe que repare uma negligência ou falha no desempenho das suas obrigações contratuais, que afecte gravemente a correcta execução dos trabalhos dentro do prazo;
- c) Se o empreiteiro recusar ou negligenciar o cumprimento das ordens administrativas dadas pelo fiscal da obra;
- d) Se o empreiteiro transmitir a outrem o contrato de empreitada ou fizer contratos de subempreitada sem autorização da entidade adjudicante;
- e) Se o empreiteiro abrir falência ou se tornar insolvente, ou for objecto de uma ordem judicial nomeando um administrador da massa falida, ou entrar em acordo com os seus credores, ou prosseguir as suas actividades sob a direcção de um administrador da massa falida ou de um gerente a favor dos seus credores, ou entrar em liquidação;
- f) Se tiver transitado em julgado qualquer decisão judicial desfavorável sobre uma infracção que ponha em causa a idoneidade profissional do empreiteiro;
- g) Se existir qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;

h) Se for efectuada qualquer modificação estrutural que implique uma alteração da personalidade jurídica, natureza ou fiscalização do empreiteiro, a menos que tal modificação seja averbada no contrato;

i) Se o empreiteiro não fornecer a garantia ou o seguro necessários, ou se a pessoa que prestou a garantia ou seguro anterior deixar de poder honrar os seus compromissos.

64.3. A rescisão do contrato não prejudicará quaisquer outros direitos ou poderes que o contrato atribui à entidade adjudicante e ao empreiteiro. A entidade adjudicante poderá subsequentemente proceder ela própria à conclusão da empreitada ou celebrar outro contrato com um terceiro, por conta do empreiteiro. A responsabilidade do empreiteiro por atraso na conclusão da obra cessará logo que a entidade adjudicante o intime a abandonar o local, sem prejuízo de qualquer responsabilidade previamente adquirida.

64.4. Após a emissão da nota de rescisão do contrato, o fiscal ordenará ao empreiteiro que tome de imediato as medidas necessárias para pôr rápida e ordenadamente termo aos trabalhos e para reduzir as despesas ao mínimo.

64.5. Tão rapidamente quanto possível após a rescisão do contrato, o fiscal da obra confirmará o valor das obras efectuadas e todos os montantes devidos ao empreiteiro à data da referida rescisão.

64.6. Em caso de rescisão:

- a) O fiscal elaborará o mais rapidamente possível após a inspecção da obra um relatório do trabalho executado pelo empreiteiro e far-se-á um inventário das estruturas temporárias, materiais, elementos de construção e equipamento. O empreiteiro será convocado para assistir à inspecção e à realização do inventário. O fiscal da obra elaborará igualmente extractos dos salários ainda devidos pelo empreiteiro aos trabalhadores por este empregados para a execução do contrato e das quantias devidas pelo empreiteiro à entidade adjudicante;
- b) A entidade adjudicante terá a faculdade de adquirir total ou parcialmente as estruturas provisórias que tenham sido aprovadas pelo fiscal da obra, bem como os elementos de construção e os materiais especificamente fornecidos ou fabricados para a execução da obra prevista no contrato;
- c) O preço de aquisição das estruturas provisórias, equipamento, elementos de construção e materiais acima referidos não excederá a parte não liquidada das despesas efectuadas pelo empreiteiro.

teiro, sendo tais despesas limitadas às despesas exigidas para a execução do contrato em condições normais;

- d) A entidade adjudicante poderá comprar, a preços de mercado, os materiais e elementos fornecidos ou encomendados pelo empreiteiro, mas ainda não pagos pela entidade adjudicante, nas condições que o fiscal da obra considerar adequadas.

64.7. A entidade adjudicante não será obrigada a efectuar quaisquer novos pagamentos ao empreiteiro até à conclusão das obras, após o que terá o direito de obter do empreiteiro o reembolso de eventuais despesas suplementares decorrentes da conclusão das obras, ou pagará qualquer saldo devido ao empreiteiro antes da rescisão do contrato.

64.8. Se a entidade adjudicante rescindir o contrato, terá o direito de ser reembolsada pelo empreiteiro por qualquer prejuízo que tenha sofrido até ao montante máximo estabelecido no contrato. Se não estiver estabelecido qualquer montante máximo, a entidade adjudicante só terá o direito de ser reembolsada da parcela do preço da empreitada que corresponda ao valor da parte da obra que, por falha do empreiteiro, não possa ser utilizada como previsto.

64.9. Quando a rescisão não se dever a um acto de omissão do empreiteiro, este terá direito a reclamar, além das quantias que lhe são devidas pelo trabalho já realizado, uma indemnização pelos prejuízos sofridos.

Artigo 65º

Rescisão pelo empreiteiro

65.1. Mediante pré-aviso de 14 dias dirigido à entidade adjudicante, o empreiteiro poderá rescindir o contrato se a entidade adjudicante:

- a) Não lhe pagar os montantes devidos em conformidade com qualquer nota de pagamento emitida pelo fiscal da obra depois de expirado o prazo fixado no nº 2 do artigo 53º;
- ou
- b) Não cumprir sistematicamente as suas obrigações após repetidos avisos;
- ou
- c) Suspender a execução da obra ou de qualquer das suas partes por mais de 180 dias por motivos não especificados no contrato ou não resultantes de falta do empreiteiro.

65.2. Tal rescisão não prejudicará quaisquer outros direitos adquiridos pela entidade adjudicante ou pelo empreiteiro nos termos do contrato. Após a rescisão, o empreiteiro terá o direito de remover imediatamente o seu equipamento do local da obra, sem prejuízo do disposto na legislação do Estado da entidade adjudicante.

65.3. Em caso de rescisão nestas condições, a entidade adjudicante indemnizará o empreiteiro por qualquer perda ou dano que este possa ter sofrido. Essa indemnização não poderá exceder um limite que deverá ser especificado no contrato.

Artigo 66º

Casos de força maior

66.1. Nenhuma das partes será considerada como tendo faltado às suas obrigações contratuais se o cumprimento de tais obrigações tiver sido impedido por qualquer caso de força maior verificado depois da data de notificação da adjudicação do contrato ou da data em que este tiver começado a produzir efeitos, conforme o que ocorrer primeiro.

66.2. Na aceção das presentes condições gerais entende-se por «casos de força maior», a acção das forças naturais, greves, *lock-outs* ou outros conflitos laborais, actos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terremotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados por enxurradas, tumultos, explosões e outras ocorrências imprevisíveis semelhantes que as partes não possam evitar nem superar efectuando as devidas diligências.

66.3. Não obstante o disposto nos artigos 36º e 64º, o empreiteiro não estará sujeito à perda da garantia de boa execução, ao pagamento da indemnização por perdas e danos ou à rescisão por não cumprimento do contrato se, e na medida em que, o atraso na execução ou qualquer outra falta de cumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um motivo de força maior. Do mesmo modo, não obstante o disposto nos artigos 53º e 65º, a entidade adjudicante não estará sujeita ao pagamento de juros de mora por não execução ou por rescisão do contrato pelo empreiteiro por não cumprimento se, e na medida em que, o atraso da entidade adjudicante no pagamento ou qualquer outra falta de cumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um motivo de força maior.

66.4. Se qualquer das partes considerar que se registaram casos de força maior susceptíveis de afectar o cumprimento das suas obrigações, informará imediatamente a outra parte e o fiscal da obra, fornecendo pormenores sobre a natureza, a duração provável e as consequências previsíveis de tais ocorrências. Salvo instrução em contrário dada por escrito pelo fiscal da obra, o empreiteiro continuará a cumprir as suas obrigações contratuais, tanto quanto for razoavelmente praticável, e procurará encontrar medidas alternativas plausíveis para cumprir as obrigações cuja execução não seja impedida pelo caso de força maior. O empreiteiro não porá em prática essas medidas alternativas sem receber instruções nesse sentido da parte do fiscal da obra.

66.5. Se o cumprimento das ordens do fiscal da obra ou a utilização das medidas alternativas previstas no nº 4 do presente artigo implicar despesas suplementares para o empreiteiro, o respectivo montante deverá ser confirmado pelo fiscal da obra.

66.6. Se qualquer caso de força maior que eventualmente ocorra se prolongar por 180 dias, não obstante qualquer prorrogação do prazo de execução das obras que por esse motivo possa ter sido concedida ao empreiteiro, cada uma das partes terá o direito de rescindir o contrato mediante pré-aviso de 30 dias à outra parte. Se, no termo deste período de 30 dias, o caso de força maior se mantiver, o contrato será rescindido e, por conseguinte, de acordo com a legislação por que se rege o contrato, as partes serão desligadas da obrigação de prosseguir a sua execução.

Artigo 67º

Morte

67.1. Se o empreiteiro for uma pessoa singular, o contrato será automaticamente rescindido se essa pessoa falecer. A entidade adjudicante analisará contudo qualquer proposta apresentada pelos herdeiros ou beneficiários caso estes tenham manifestado o desejo de prosseguir o contrato. A decisão da entidade adjudicante será comunicada aos interessados no prazo de 30 dias após a recepção da proposta.

67.2. Se o empreiteiro for constituído por várias pessoas singulares e uma ou mais delas falecerem, será elaborado e aprovado pelas partes um relatório sobre o avanço das obras e a entidade adjudicante decidirá da rescisão ou continuação do contrato, de acordo com o compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou beneficiários, consoante for o caso.

67.3. Nos casos previstos nos nºs 1 e 2 do presente artigo, as pessoas que se proponham prosseguir a execução do contrato deverão comunicar a sua intenção à entidade adjudicante no prazo de 15 dias a contar da data da morte.

67.4. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, essas pessoas serão individual e solidariamente responsáveis pela correcta execução do contrato na mesma medida em que o empreiteiro falecido o era. A prossecução do contrato ficará sujeita às regras relativas à constituição da garantia prevista no artigo 15º

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 68º

Resolução de litígios

68.1. A entidade adjudicante e o empreiteiro farão todos os esforços para resolver amigavelmente qualquer litígio relacionado com o contrato que possa surgir entre eles ou entre o fiscal e o empreiteiro.

68.2. As condições especiais estipularão:

- a) O processo de resolução amigável de litígios;
- b) Os prazos dentro dos quais se poderá recorrer ao processo de resolução amigável de litígios após a data de notificação do litígio à outra parte e o prazo máximo em que tal resolução deverá ser alcançada, o qual não poderá exceder 120 dias a contar do início do processo adoptado;
- c) Os prazos concedidos para responder por escrito a um pedido de resolução amigável ou a quaisquer outros pedidos no decurso do processo e as consequências do não cumprimento desses prazos.

68.3. As partes podem acordar que o litígio seja resolvido por conciliação dentro de um prazo específico, com a intervenção de um terceiro, no caso de ter falhado o processo de resolução amigável.

68.4. O processo de resolução amigável ou de conciliação implicará sempre que as reclamações e respostas sejam notificadas à outra parte.

68.5. Na falta de uma resolução amigável ou de uma resolução por conciliação dentro do prazo limite especificado, o litígio deverá ser resolvido:

- a) Se se tratar de um contrato nacional, de acordo com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante;
e
- b) Se se tratar de um contrato transnacional:
 - i) De acordo com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante ou com as suas práticas internacionais estabelecidas, no caso de as partes contratantes assim o decidirem;
ou
 - ii) Por arbitragem, de acordo com as regras processuais adoptadas em conformidade com a convenção.